DISPUTAS VERBAIS

David J. Chalmers
(New York University)
E-mail: chalmers@nyu.edu

Tradução: Gregory Gaboardi
(PUC-RS)
E-mail: gregtaco@hotmail.com

1. Introdução.

Há uma distinção entre questões de fato e questões de linguagem? Muitos filósofos disseram que não. Mas, uma versão da distinção é ubíqua, na filosofia e em outras áreas, na noção de disputa verbal. Intuitivamente, uma disputa entre duas partes é verbal quando as duas partes concordam sobre os fatos relevantes acerca de um domínio de interesse e apenas discordam sobre a linguagem usada para descrever esse domínio. Nesse caso temos a ideia de que as duas partes não estão "realmente discordando": isto é, não estão realmente discordando sobre o domínio de interesse, estão apenas discordando sobre questões linguísticas.

Talvez o caso mais famoso de disputa verbal na filosofia venha de *Pragmatism*, de William James (1907). Um homem caminha rapidamente em volta de uma árvore, enquanto um esquilo se move sobre o tronco da árvore. Ambos olham a árvore o tempo todo, mas o tronco da árvore fica entre eles. Um grupo de pessoas está discutindo sobre a questão: o homem anda em volta do esquilo ou não? James apresenta a si mesmo como resolvendo a disputa com a seguinte fala magistral:

"Qual grupo está correto depende do que se quer dizer, na prática, com 'andar em volta' do esquilo. Se se quer dizer passar pelo norte dele para o leste, então para o sul, então para o oeste, e então para o norte dele novamente, obviamente o homem anda em volta dele, pois ele ocupa essas posições sucessivas. Mas se, ao contrário, se quer dizer estar primeiro na frente dele, depois na direita dele, então atrás dele, então na esquerda dele, e finalmente na frente dele de novo, é igualmente tão óbvio que o homem não anda

Este artigo foi publicado originalmente na *The Philosophical Review*, Volume 120, no. 4, p. 515-566. Agradecemos à Duke University Press e à Cornell University a autorização para a publicação desta tradução em português.

em volta dele... Faça a distinção, e não há ocasião para qualquer disputa adicional." (James, 1907, p.25)

Podemos questionar a plausibilidade da qualquer uma das análises proferidas por James de "andar em volta", mas em todo caso a chave é a frase final. Uma vez que resolvemos uma questão sobre a linguagem, a disputa sobre o domínio não-linguístico evapora ou ao menos deve evaporar. Essa evaporação potencial é uma das marcas centrais de uma disputa verbal.

Algumas vezes as palavras importam. Disputas sobre palavras às vezes são disputas importantes, quando algo importante depende de questões de uso linguístico. Na linguística e na filosofia da linguagem, por exemplo, palavras são o domínio primário de interesse, tanto que uma discordância sobre o significado de "redondo" não pode ser simplesmente deixada de lado. O mesmo se aplica em alguns casos onde estamos estudando os usuários das palavras. Na crítica literária ou na história, por exemplo, pode ser crucial saber como uma dada palavra é usada por um dado indivíduo ou comunidade. Na psicologia e na filosofia da mente, o uso de uma palavra pode nos dar evidências sobre os conceitos que os seres pensantes usam e sobre padrões de pensamento.

Em outros casos a resposta para questões sobre o uso de palavras tem consequências práticas sérias. Por exemplo, se estamos discutindo sobre uma lei ter sido violada, frequentemente se precisa decidir o significado das palavras relevantes. Questões sobre o que cai dentro das extensões de "casamento" e "assassinato" podem em algum sentido ser verbais, mas a resposta para essas questões pode fazer uma diferença séria na vida das pessoas. O mesmo vale para contratos e promessas. Na esquete do argumento, de Monty Python, quando Michael Palin protesta com "Isso não é um argumento, é só uma contradição!", ele e John Cleese podem estar envolvidos em uma disputa verbal sobre o que conta como "argumento", mas a disputa não pode ser simplesmente deixada de lado. Resolver a questão verbal é crucial para saber se um contrato foi cumprido: "Cinco libras por um argumento". Algo similar se aplica para promessas e convenções.

Nos casos em que as palavras têm conotações e associações fixas as disputas verbais também com frequência têm um impacto prático sério. Isso se aplica especialmente quando tais conotações são normativas. O que conta como "tortura" ou "terrorismo" pode, em um nível, ser uma disputa verbal que um filósofo pode resolver ao distinguir sentidos. Mas, em um contexto retórico ou político, as palavras têm um poder

que transcende essas distinções. Se a comunidade conta um ato como caindo dentro da extensão de "tortura" ou de "terrorismo", isso pode fazer uma diferença grave em nossas atitudes sobre esse ato. Sendo assim, pode haver uma questão prática séria sobre o que *devemos* contar como caindo na extensão desses termos.

Frequentemente, contudo, palavras não importam. Frequentemente ocorre que estamos preocupados com um domínio de primeira ordem, não com o uso das palavras, e de um modo em que nada crucial para o domínio depende do uso das palavras. Nesse caso uma disputa verbal é *mera* disputa verbal. Meras disputas verbais normalmente são empecilhos para o entendimento. Com efeito, são obstáculos que é melhor deixar para trás, para que possamos nos concentrar nas questões substanciais sobre o domínio. Assumo que esse fenômeno é familiar e ubíquo na ciência, na filosofia e na vida cotidiana.

O interesse filosófico em disputas verbais é duplo. Primeiro, elas desempenham um papel-chave no método filosófico. Muitas discordâncias filosóficas são ao menos em parte verbais, e quase toda disputa filosófica foi diagnosticada como verbal em algum momento. Aqui podemos ver o diagnóstico de disputas verbais como uma ferramenta para o progresso filosófico. Se podemos ir além da discordância verbal para o acordo substancial ou para a discordância substancial esclarecida, então fizemos progresso. Minha própria posição é que o diagnóstico de disputas verbais tem o potencial de servir como um tipo de ácido universal na discussão filosófica, dissolvendo discordâncias ou reduzindo-as até as discordâncias fundamentais das quais dependem. Para fazer isso, porém, precisamos de algumas ferramentas gerais que nos ajudem a determinar quando uma disputa é verbal e quando não é.

Segundo, disputas verbais são interessantes como assunto para a filosofia de primeira ordem. A reflexão sobre a existência e a natureza de disputas verbais pode revelar algo sobre a natureza dos conceitos, da linguagem e do significado. Posteriormente neste artigo argumentarei que essa abordagem pode ajudar a lançar luz sobre um número de questões-chave nessas áreas.

Na discussão que se segue me envolvo tanto com o projeto metafilosófico quanto com o de primeira ordem. Pretendo trabalhar amplamente a partir de princípios fundamentais, sem assumir muito aparato técnico em filosofia da linguagem. As atribuições de disputas verbais e o uso de métodos para resolvê-las já são comuns na filosofia contemporânea e em outras áreas, começarei tentando tornar explícitos esses fenômenos familiares. Nas seções 2 até 6 caracterizo disputas verbais, apresento um

método para isolá-las e resolvê-las, e tiro algumas conclusões para a metodologia filosófica. Nas seções posteriores (7 até 9) uso o enquadramento anterior para tirar conclusões interessantes e talvez surpreendentes para a filosofia de primeira ordem. Em particular, argumento que a análise das disputas verbais pode ser usada para apoiar a existência de um tipo distinto de conceito primitivo, e que ele pode ser usado para reconstruir uma versão da distinção analítico/sintético, ambos caracterizados somente em termos dialéticos. Essas seções posteriores são especulativas e provisórias, mas sugerem meios pelos quais a atenção para disputas verbais pode ser filosoficamente frutífera na filosofia da linguagem e da mente.

2. O que é uma disputa verbal?

Tomemos uma disputa em que uma parte enuncia a frase *S*, e outra parte rejeita *S*, talvez ao enunciar uma frase que parece ser a negação de *S*. O que faria essa disputa ser verbal?

Primeiro vale notar que uma disputa sobre *S* ser verbal é algo que não depende apenas de *S*. Também depende das partes na disputa, e em particular dos seus panos de fundo de acordo e desacordo. Uma mesma frase *S* pode tipicamente ser o foco de uma disputa tanto verbal quanto substancial, dependendo desse pano de fundo. Por exemplo, contra o pano de fundo do acordo sobre o movimento de um esquilo, a disputa sobre "O homem anda em volta do esquilo" pode ser verbal, mas contra um pano de fundo diferente (talvez concordemos que o homem anda em volta de algum animal, mas discordemos sobre este ser um esquilo ou um rato) a disputa pode ser substancial. Logo, não podemos falar apenas de uma "questão verbal", independente do contexto. Para nossos propósitos as disputas serão individuadas em parte pelas partes disputantes, e fatos do pano de fundo sobre acordos devem desempenhar um papel ao se caracterizar se uma disputa é verbal.

Uma proposta comum para caracterizar disputas verbais é a seguinte:[1]

[1] Veja, por exemplo, Hirsch (1993, p. 181), embora Hirsch apele à equivalência putativa em vez da equivalência definicional e prossiga exigindo a condição adicional de que as partes não se retirem de suas posições após reflexão. Penso que "equivalência" tem que ser lida aqui como algo parecido com equivalência definicional (em vez de equivalência material, ou mesmo necessária ou *a priori*) para evitar que se conte disputas substanciais (em domínios materiais, necessários ou *a priori*) como verbais.

Uma disputa sobre a verdade de *S* é verbal se *S* é definicionalmente equivalente à S_1 para uma parte e definicionalmente equivalente à S_2 para a outra, e ambas as partes concordam sobre os valores-de-verdade de S_1 e S_2.

Essa é uma heurística razoável para se usar na detecção da presença de disputas verbais, e plausivelmente produz uma condição suficiente, ao menos se deixamos de lado casos em que o acordo das partes sobre S_1 ou S_2 é meramente verbal. Entretanto, plausivelmente esse critério não produz uma condição necessária. Muitas expressões não têm análises definicionais claras, de modo que não haverão S_1 e S_2 disponíveis, mas a disputa envolvendo essas expressões poderá mesmo assim ser verbal. Considere a seguinte passagem do capítulo 32 de Moby Dick:

[...] eu compartilho o bom e velho ponto de vista de que a baleia é um peixe e invoco o sagrado Jonas para sustentar minha opinião. Esta premissa fundamental estabelecida, o passo seguinte é saber em que aspecto interno a baleia é diferente dos demais peixes. É Lineu, acima, quem oferece a você essas explicações. Resumidamente, são os seguintes: pulmões e o sangue quente; ao passo que todos os outros peixes não têm pulmões e trazem sangue frio.[2*]

Aqui há um sentido claro em que Ishmael e Lineu não divergem, ou ao menos não precisam fazê-lo, nas questões não-linguísticas. Por exemplo, Ishmael e Lineu podem concordar que baleias são como peixes típicos em suas características superficiais, enquanto são como mamíferos em vários aspectos biológicos que são relevantes para propósitos científicos. Eles apenas divergem na questão amplamente verbal sobre usar "peixe" para o tipo superficial ou para o tipo científico. No entanto, não precisa haver nenhuma glosa definicional clara de "peixe" para Lineu nem para Ishmael.

Outra sugestão é a seguinte proposta comum:

Uma disputa sobre *S* é verbal sse *S* expressa proposições distintas *p* e *q* para as duas partes, tal que uma parte assere que *p* e a outra nega que *q*, e as partes concordam sobre a verdade de *p* e ¬*q*.

Essa é uma concepção útil para alguns propósitos, mas penso que ainda assim é uma concepção excessivamente estreita. Mesmo no caso do esquilo de James está longe de ser óbvio que as duas partes asserem e negam proposições distintas.

---

[2] *Nota do tradutor (N. do T.): passagem retirada da tradução de Moby Dick (de Herman Melville) feita por Irene Hirsch e Alexandre Barbosa de Souza, edição da Cosac Naify.

Considere o *caso deferencial do esquilo*. Este combina o caso original do esquilo com a estipulação de que ambas as partes disputantes usam a expressão "anda em volta" com deferência às suas comunidades linguísticas, de modo que aquilo que significam pela expressão é determinado pelo significado da expressão na comunidade mais ampla.[3] Podemos também estipular que a comunidade linguística usa a expressão com um único significado relevante (talvez um dos dois significados de James colocados acima). Se esse for o caso, então o significado de "anda em volta" para ambas as partes será o significado da comunidade, ainda que ao menos uma delas vá estar sob uma incompreensão acerca desse significado. Assim, as duas partes usarão "O esquilo anda em volta da árvore" para expressar a mesma proposição, e uma parte vai negar a mesma proposição que o outro assere. De fato, a asserção de uma parte pode ser correta enquanto a da outra é incorreta. Ainda assim, o debate parece claramente continuar sendo uma disputa verbal, dado que a discordância de primeira ordem é baseada em uma discordância metalinguística sobre o significado de "anda em volta".

Alguém pode insistir que esse debate não é uma disputa verbal, pois ele não se encaixa no molde das proposições-distintas da definição acima. Agora, é despropositado entrar em uma disputa verbal sobre o significado de "disputa verbal". Podemos simplesmente notar que a disputa entre as duas partes é uma disputa despropositada da mesma maneira que disputas verbais paradigmáticas são despropositadas, e que resolver a questão verbal sobre o que conta como "anda em volta" resolverá suas discordâncias. Podemos dizer que essa é *amplamente* uma disputa verbal, enquanto a definição em termos de proposições define uma disputa *estreitamente* verbal.[4]

Disputas amplamente verbais são o foco principal deste artigo, e quando digo "disputas verbais" *simpliciter* estarei me referindo às disputas amplamente verbais. Para quase qualquer disputa verbal estreita, há uma disputa amplamente verbal correspondente que não é estreitamente verbal: precisamos apenas modificar a disputa tal como acima, de modo que as duas partes usem termos-chave com deferência à comunidade linguística em que tais termos são usados univocamente. À primeira vista,

[3] Veja Burge (1979) sobre competência incompleta e Putnam (1975) sobre a divisão do trabalho linguístico.

[4] Se um oponente insistir que essas disputas não são verbais em nenhum sentido, porque são disputas sobre questões de fato não-linguísticas, podemos em princípio (adotando uma metodologia discutida na seção 4) chamá-las "disputas schverbais". Nada de substancial depende do termo "verbal".

as disputas modificadas compartilham muitas propriedades com a disputa original: a impressão de despropósito permanece, e a resolução linguística é adequada como sempre.

Disputas que são amplamente verbais, mas não estreitamente, tipicamente surgem em casos ilustrativos do externismo semântico, largamente construídos para incluir casos em que o sujeito tem crenças falsas sobre o significado de um termo. A deferência semântica é uma fonte dessas crenças falsas, e a reflexão inadequada é outra. Por exemplo, suponha que *A* e *B* concordam que Sue fez uma declaração falsa em cuja falsidade ela não acreditava, e também concordam sobre o status moral da asserção de Sue e outras sobre propriedades relevantes. *A* diz "Sue não mentiu". *B* inicialmente diz "Sue mentiu", crendo falsamente que "mentira" se refere a qualquer declaração falsa, mas após refletir passa a aceitar "Sue não mentiu", através da reflexão sobre o conceito de mentir. Assim, inicialmente, *A* e *B* não precisam estar tendo uma disputa estreitamente verbal: ambos podem usar "mentiu" para expressar o mesmo conceito. Mas, mesmo nesse caso estão tendo uma disputa amplamente verbal: intuitivamente, concordam sobre os fatos importantes do caso e discordam meramente sobre a palavra "mentiu" dever ser usada para descrevê-lo.

Um terceiro exemplo: suponha que a teoria epistêmica da vagueza (Williamson, 1994) está correta, sendo então que há uma fronteira precisa, mas incognoscível, entre casos nos quais alguém é alto e casos nos quais não é. E suponha que dois falantes que aceitam a teoria epistêmica estão envolvidos em uma disputa sobre alguém ser alto, contra um pano de fundo de acordo sobre suas alturas e outras verdades subjacentes relevantes. A disputa deles pode não ser uma disputa estreitamente verbal (supondo que "alto" de fato tem o mesmo significado para ambos), mas ainda assim é uma disputa amplamente verbal.

Hirsch (2005; 2009) observa que a deferência semântica causa problemas para algumas concepções de disputas verbais e propõe uma concepção alternativa conforme as seguintes linhas (parafraseada de Hirsch, 2009, 238-40):

Duas partes *A* e *B* estão tendo uma disputa verbal sse se *A* e *B* habitassem uma comunidade-*A* e uma comunidade-*B* (respectivamente) nas quais todos exibissem o mesmo tipo de comportamento linguístico que *A* e *B* exibem atualmente (respectivamente), então na visão correta da interpretação linguística, *A* e *B* concordariam que ambos dizem a verdade em suas próprias linguagens.

A estipulação sobre a interpretação linguística correta aqui pode ser interpretada como exigindo que *A* e *B* saibam quais proposições cada um deles está expressando. Nessa leitura, o critério de Hirsch é uma versão contrafatual do critério da proposição-distinta: diz que se *A* e *B* habitassem as comunidades-*A* e *B* uniformemente relevantes (e fossem se envolver no tipo correto de interpretação), concordariam sobre a verdade das proposições distintas p e $\neg q$ que expressariam.

Esse critério fornece uma heurística útil para casos de deferência semântica (ainda que um critério algo impreciso, como Hirsch reconhece), mas não cobre os casos problemáticos provenientes de outros tipos de externismo semântico. Por exemplo, ele parece prever que as disputas acima sobre "mentiu" e "alto" seriam não-verbais: esses casos não precisam envolver deferência a uma comunidade, portanto a mudança para comunidades uniformes não fará diferença para as proposições expressas. Porém, esses casos são naturalmente classificados junto com os casos deferenciais como amplamente verbais. Eles certamente são despropositados do mesmo modo, e resolver a disputa verbal sobre o que conta como "mentiu" ou "alto" resolverá a discordância, exatamente como no caso original do esquilo e no caso deferencial do esquilo.

Há uma caracterização mais simples de disputa amplamente verbal que tem o potencial de cobrir todos esses casos. Em uma primeira aproximação, podemos dizer que uma disputa amplamente verbal é uma em que a disputa aparentemente de primeira ordem surge *em virtude* de uma discordância metalinguística. Isto é:

Uma disputa sobre *S* é (amplamente) verbal quando para alguma expressão *T* em *S*, as partes discordam sobre o significado de *T*, e a disputa sobre *S* surge inteiramente em virtude dessa discordância sobre *T*.

Por exemplo, no primeiro caso acima as partes discordam (ao menos tacitamente) sobre o que "anda em volta" significa, e é plausível que sua discordância de primeira ordem surja em virtude dessa discordância sobre o significado. Nos segundo e terceiro casos as partes discordam sobre o que "mentiu" e "alto" significam, e é plausível que suas discordâncias de primeira ordem surjam em virtude dessa discordância sobre significados. Esse modelo pode dar conta de disputas estreitamente verbais sob a suposição plausível (veja abaixo) de que nos casos relevantes os sujeitos discordam sobre o significado de *S*, mas também pode dar conta do mesmo modo de disputas que são amplamente verbais, mas não estreitamente.

Essa glosa sobre uma disputa amplamente verbal funciona melhor se assumimos uma versão da posição comum em que sempre que um falante usa uma expressão, ele o faz com crenças sobre o significado da expressão, onde tais crenças podem ser tácitas em vez de explícitas. Nos casos de competência plena é defensável que os falantes usem expressões com conhecimento tácito do significado das expressões. Logo, qualquer caso seguindo as linhas acima, seja de uma disputa verbal estreita ou ampla, plausivelmente envolverá uma discordância sobre significados, dado que envolverá crenças diferentes (talvez crenças tácitas) sobre o significado de um termo-chave: uma parte crê que o significado de "anda em volta" é tal e tal, enquanto a outra parte crê que o significado de "anda em volta" é algum outro.[5]

Basta para os presentes propósitos que a noção relevante de significado seja entendida intuitivamente. Há algumas restrições: ela deve ser uma noção substancial de significado, dado que duas partes em discordância verbal podem ainda assim concordar sobre frases de significado deflacionadas, como "'redondo' significa redondo". Ela não precisa ser verbalmente articulável: ao crer que "anda em volta" significa tal e tal, um falante não precisa ser capaz de articular uma expressão correspondente ao "tal e tal". Deve ser uma noção de significado que permita a variação de significado entre dois usuários do mesmo termo dependente-do-contexto. Por exemplo, se digo que "Michael Jordan é alto" e você diz "Não, Michael Jordan não é alto", onde meu uso de "alto" expressa alto-para-um-acadêmico e o seu expressa alto-para-um-jogador-de-basquete, então estamos tendo uma disputa amplamente verbal, que surge em virtude das diferentes crenças sobre o que "alto" significa no contexto corrente. Também vale notar que o significado de um termo geral ou predicado não deve ser simplesmente entendido como sua extensão: dois grupos que discordam substancialmente sobre O. J. Simpson ter sido um assassino também discordarão sobre a extensão de "assassino", mas intuitivamente isso não os desqualifica para concordar sobre o significado do termo.

---

[5] As crenças relevantes para cada falante podem envolver o significado da comunidade ou o conteúdo do termo no contexto corrente (especialmente nos casos de dependência do contexto). É arguível que para dois falantes terem uma disputa em absoluto eles precisam compartilhar um contexto. Talvez exista um sentido amplo em que dois falantes podem ter uma discordância sem compartilhar um contexto. Se queremos dar conta das discordâncias verbais nesse sentido amplo, e um apelo ao significado da comunidade está indisponível (talvez por causa da dependência-do-contexto), precisar-se-á apelar para meras diferenças nas crenças sobre significados — um falante crê que sua palavra significa tal e tal (no seu contexto corrente) enquanto o outro falante crê que sua palavra significa algo diferente (no seu contexto corrente) — em vez de se apelar para uma discordância sobre o significado *per se*. Algo similar se aplica se desejamos permitir que existam discordâncias verbais em um caso que cruze linguagens.

E sobre o "em virtude de"? Aqui, como em qualquer lugar na filosofia, se pode tomar algo nessa vizinhança como primitivo. Contudo, pode-se ao menos oferecer algum esclarecimento. Penso que ele deve ser entendido como um "em virtude de" *explanatório*: a ideia é que a discordância metalinguística *explica* a discordância aparente de primeira ordem. E o tipo relevante de explicação deve exigir algo mais forte que uma explicação causal ou evidencial arbitrária: não bastaria, por exemplo, que uma discordância metalinguística causasse uma inimizade pessoal que então causasse a discordância de primeira ordem.

Um oponente pode rejeitar a caracterização em-virtude-de das disputas amplamente verbais putativas. Se for negado que o uso da linguagem exige crenças substanciais sobre o significado, por exemplo, pode-se muito bem sustentar que ainda que as partes discordem sobre "O homem anda em volta do esquilo", elas não discordam sobre o significado de "anda em volta" porque não têm quaisquer crenças sobre seu significado. E mesmo que se aceite que tais crenças metalinguísticas estão presentes, pode-se negar que elas tenham prioridade explanatória com respeito à aparente discordância de primeira ordem. O oponente pode sustentar que a própria discordância sobre certos casos serem casos de andar em volta explica a discordância metalinguística, ou ele pode sustentar que nenhuma disputa é explanatoriamente anterior à outra.[6]

Não sei se essa objeção está correta: uma análise da prioridade explanatória entre disputas metalinguísticas e disputas de primeira ordem exigiria uma análise detalhada e dependeria de várias teses controversas. Parece claro que é ao menos possível que uma discordância metalinguística gere uma aparente discordância de primeira ordem no caso deferencial do esquilo. Mas, é arguível que poderiam haver outras versões de casos deferenciais do esquilo e casos relacionados que não seriam gerados desse modo. Mesmo que isso esteja correto, penso que em todos esses casos há ao menos um sentido intuitivo

[6] Outra objeção potencial sustenta que disputas aparentemente substanciais podem satisfazer a definição. Um exemplo potencial, sugerido por Tim Williamson: algumas discordâncias substanciais sobre o princípio do terceiro excluído arguivelmente surgem em virtude da discordância sobre "não" expressar a negação clássica ou a intuicionista. Agora, se isso fosse meramente uma discordância sobre uso atual, com ambas as partes permitindo que ambos os significados sejam possíveis, a discordância plausivelmente seria verbal. Mas, se é uma discordância sobre o uso possível — isto é, sobre quais significados candidatos estão em princípio disponíveis para o uso — então ela é menos obviamente verbal. Se pode sustentar que nesse caso a discordância não surge realmente em virtude de uma discordância sobre o significado de "não", mas em virtude de uma questão não-metalinguística sobre verdades lógicas ou sobre quais significados estão disponíveis. Se pode refinar a glosa para restringi-la às discordâncias sobre o uso atual que não se correlacionam com discordâncias sobre usos possíveis.

em que é apropriado dizer que a aparente disputa de primeira ordem surge em virtude da discordância metalinguística. Por exemplo, em todos esses casos certa variante contrafactual da tese em-virtude-de parece ser satisfeita: se as partes fossem concordar sobre o significado do termo-chave, sua discordância sobre *S* seria removida. Pode-se usar essa glosa para ajudar a isolar um sentido em que a tese em-virtude-de seja aproximadamente correta ainda que, como é o caso com a maioria das análises contrafatuais, essa glosa não forneça uma definição perfeita.[7]

Ainda assim, por razões como essa, é melhor não tomar a glosa em-virtude-de como se fornecesse uma definição estipulativa de uma disputa amplamente verbal. Podemos em vez disso ver a caracterização como nos apontando em direção a um fenômeno saliente e familiar, em vez de delinear seus contornos precisamente. O fenômeno é fixado em parte através de casos, e em parte através da semelhança com disputas estreitamente verbais. A característica-chave é o tipo distintivo de caráter despropositado que disputas amplamente verbais compartilham com disputas estreitamente verbais.

Para destacar o papel do despropósito, vale notar que quando diante de uma disputa potencialmente verbal frequentemente perguntamos: o que depende disso? Por exemplo, o que depende do nosso veredito sobre o esquilo andar em volta da árvore? Nos casos discutidos acima em que as palavras importavam, algo poderia depender do veredito: nesses casos temos uma disputa verbal, mas não uma disputa meramente verbal. E a própria existência de uma disputa meramente verbal pode ter alguns usos: ajudar a fazer distinções e esclarecer as questões importantes à mão, por exemplo. Entretanto, deixando de lado esses modos indiretos pelos quais uma disputa verbal pode importar, tipicamente parece para um observador externo que nada depende do veredito: a disputa é despropositada. É claro que há disputas despropositadas que não são verbais, como uma disputa sobre o número de dígitos ímpares nos primeiros 10^{100} dígitos do pi

[7] A variante contrafatual pode dizer que uma disputa sobre *S* é amplamente verbal quando para algum termo *T* em *S*, se as partes fossem concordar sobre o significado de *T*, então iriam (se fossem razoáveis) concordar sobre a verdade de *S*. Como outras versões contrafatuais de teses em-virtude-de, haveriam vários contraexemplos: por exemplo, disputas substanciais em que concordar sobre o significado levaria a mudanças auxiliares (resultando na adoção de uma personalidade cooperativa, digamos) que levaria ao acordo sobre *S*, e disputas substanciais entre participantes não-razoáveis que seriam dissolvidas se os participantes fossem razoáveis. Ainda assim, a heurística pode ser usada pelo menos como uma aproximação imprecisa da glosa em-virtude-de, e tem a vantagem de não exigir uma posição em que cada uso de uma expressão envolve crenças sobre seu significado.

ser ímpar ou par. Mas, disputas verbais têm um tipo familiar e distinto de caráter despropositado. Não tentarei definir precisamente esse tipo de despropósito, mas o usarei como guia heurístico para a presença de uma disputa amplamente verbal.[8] Na próxima seção desenvolverei heurísticas adicionais para a detecção de disputas amplamente verbais.

A definição que estamos considerando caracteriza disputas *inteiramente* verbais, nas quais discordâncias aparentes de primeira ordem surgem inteiramente em virtude de discordâncias metalinguísticas.[9] Há também disputas *parcialmente* verbais, nas quais uma aparente disputa de primeira ordem surge parcialmente em virtude de uma discordância metalinguística e parcialmente em virtude de discordância não-metalinguística substancial. No enquadramento das proposições-duais, disputas parcialmente verbais surgirão quando uma parte entender que *S* significa *p*, a outra parte entender que *S* significa *q*, e as partes discordarem substancialmente sobre *p*, *q* ou ambos. Há também casos de (mero) *acordo verbal*, em que o acordo aparente sobre uma frase é explicado parcialmente ou inteiramente pela discordância sobre o significado de um termo-chave na frase.

3. Resolvendo disputas verbais

A glosa anterior sobre uma disputa amplamente verbal imediatamente sugere um método para resolver disputas verbais. Tipicamente, uma disputa amplamente verbal é uma que pode ser resolvida considerando-se a linguagem e resolvendo-se diferenças metalinguísticas sobre significados. Por exemplo, essas disputas podem às vezes ser resolvidas ao se estabelecer os fatos sobre o significado dos termos-chave em nossa comunidade: alguém pode resolver a discussão do esquilo ao estabelecer que, em sua comunidade, "andar em volta" tem o significado que preferem e não outro. Elas também podem às vezes ser resolvidas simplesmente por se distinguir os sentidos de um termo-

[8] Um oponente pode prosseguir para argumentar que as disputas sobre ser redondo, ser alto e etc. não são despropositadas. Considero a oposição desse tipo na seção 5.

[9] Em um entendimento de uma disputa *meramente* verbal, a disputa é meramente verbal quando é inteiramente verbal. Se pode também exigir, seguindo uma linha de pensamento da última seção, que uma disputa meramente verbal seja uma em que o uso do termo chave não for em si um objeto central de preocupação (agradeço a Carrie Jenkins pela discussão aqui). Podemos também distinguir disputas explicitamente verbais, nas quais os grupos discordam explicitamente sobre alegações metalinguísticas, de disputas implicitamente verbais, nas quais os grupos discordam explicitamente sobre alegações de primeira ordem em virtude de discordarem sobre alegações metalinguísticas, sem discordarem explicitamente sobre as últimas.

chave, como James fez no caso de "em volta". Por contraste, disputas substanciais normalmente não podem ser resolvidas desse modo. Por exemplo, a disputa sobre O. J. Simpson plausivelmente não pode ser resolvida ao se considerar a linguagem, seja por se estabelecer fatos sobre o significado de "assassino" ou por se distinguir sentidos do termo.

Ainda assim, resolver discordâncias sobre o significado desse modo é frequentemente difícil. Estabelecer os fatos sobre o significado de termos-chave em nossa comunidade pode custar investigação empírica substancial. Distinguir os sentidos de um termo-chave é particularmente difícil quando tais sentidos não correspondem a definições explícitas claras. De modo mais geral, não somos sempre capazes de oferecer uma boa articulação do que nossos termos significam, e frequentemente está longe de ser óbvio se dois falantes discordam ou não sobre o significado. Então, é útil ter um método que não dependa, dessa maneira, diretamente da análise do significado.

Uma heurística alternativa para detectar disputas verbais e para lidar com elas é o que podemos chamar de *método da eliminação*. Aqui a ideia-chave é que se elimina o uso de um termo-chave e se tenta determinar se alguma disputa substancial permanece.

Para aplicar esse método em uma disputa, sobre uma frase *S*, que é potencialmente verbal com respeito ao termo *T*, se procede como segue. Primeiro: barra-se o uso do termo *T*. Segundo: tenta-se encontrar uma frase *S'* no vocabulário recém restrito tal que as partes discordam não-verbalmente sobre *S'*, e tal que a discordância sobre *S'* seja parte da disputa sobre *S*. Terceiro: se há uma tal *S'*, a disputa sobre *S* não é inteiramente verbal, ou pelo menos há uma disputa substancial na vizinhança. Se não há uma tal *S'*, então a disputa sobre *S* é inteiramente verbal (exceto no caso especial da exaustão do vocabulário, discutida abaixo).

Por exemplo: para decidir se uma disputa sobre Lee Harvey Oswald ter agido sozinho é verbal com respeito a "sozinho", pode-se barrar o uso do termo. Nesse caso, provavelmente haverá várias frases *S'* tais que a disputa não-verbal sobre *S'* será parte da disputa original, por exemplo: outros ajudaram Oswald em seu plano para assassinar Kennedy? Se sim, então a disputa original não é inteiramente verbal. Para decidir se uma disputa sobre "Plutão é um planeta" é verbal, pode-se barrar o uso de "planeta". Aqui pode ser difícil encontrar qualquer disputa não-verbal que não envolva o termo "planeta"

e seja parte da disputa original (contudo, veja abaixo). Se não há uma tal disputa, então a disputa é verbal.[10]

O que é, para uma disputa, ser parte de outra? Certamente não é requerido que a disputa sobre *S'* seja uma análise exata ou uma paráfrase da disputa sobre *S*. Vimos que tais análises podem não estar disponíveis. A disputa sobre *S'* precisa apenas capturar algum aspecto da disputa sobre *S* (caso se deseje alcançar outros aspectos, pode-se sempre repetir o método uma vez que o estatuto de *S'* for esclarecido). Se não estamos nos valendo de definições ou da distinção analítico/sintético, é melhor entender a relação amplamente.

Uma sugestão natural é dizer que uma disputa sobre *S'* é parte de uma disputa sobre *S* quando as partes disputantes discordam sobre *S* parcialmente *em virtude* de discordarem sobre *S'*. No caso acima, por exemplo, é defensável que as partes discordam sobre Oswald ter agido sozinho parcialmente em virtude de discordarem sobre outros terem o ajudado em seu plano para assassinar Kennedy, ao passo que não está claro se as partes discordam sobre Plutão em virtude de alguma discordância substancial distinta. Aqui se pode adotar a interpretação explanatória anterior de "em virtude de", exigindo que a discordância sobre ajudar explique a discordância sobre agir sozinho, de um modo mais forte que o causal. Nesse caso podemos também dizer que uma discordância sobre *S' subjaz* à discordância sobre *S*.

Se vamos levar a sério a conversa com "em virtude de" e "subjacente", então essa definição exigirá uma estrutura assimétrica no espaço de disputas, de acordo com a qual algumas disputas são mais fundamentais que outras. Penso que temos um entendimento intuitivo dessa estrutura assimétrica, mas que essa questão é algo controversa, e que não é simples usar essa noção em nossa metodologia. Então, por enquanto, será útil explorar um entendimento um tanto mais amplo de "parte de". Retornarei ao entendimento estreito em termos de estrutura assimétrica na seção 7.

Para dar uma caracterização mais ampla e de uso mais fácil de "parte de", se pode dar à noção uma glosa contrafatual. Podemos dizer que uma disputa sobre *S'* é parte de uma disputa sobre *S* quando: (i) se as partes disputantes concordassem que *S'* é verdadeira, então concordariam (se fossem razoáveis) que *S* é verdadeira; e (ii) se

[10] Leitores podem desejar passar à próxima seção para mais ilustrações retiradas da filosofia, antes de retornar para essa seção para a análise do método.

concordassem que *S'* é falsa, concordariam (se fossem razoáveis) que *S* é falsa. Essa caracterização está sujeita a algumas das sutilezas sobre esclarecimentos contrafatuais mencionadas antes, mas ainda assim pode desempenhar um papel útil.

Uma consequência da definição ampla é que algumas vezes seremos capazes de encontrar disputas substanciais que são partes de disputas verbais. No caso de Plutão, algumas dessas disputas podem incluir disputas sobre "Termos astronômicos devem ser usados da maneira que é mais útil para a ciência.", "Tradições devem ser respeitadas." ou "X é o presidente da sociedade de astronomia" (onde as partes discordam sobre o presidente ser o árbitro do significado, e concordam sobre o que X diz). Nesses casos, resolver a disputa residual resolve a disputa original sobre Plutão precisamente em virtude de resolver uma disputa metalinguística sobre o significado do termo-chave "planeta". Podemos dizer que nesses casos a relação entre *S* e *S'* é metalinguisticamente mediada: as partes discordam sobre *S* em virtude de discordarem sobre uma frase metalinguística *M*, e discordam sobre *M* em virtude de discordarem sobre *S'*. Podemos então estipular que para uma disputa sobre *S'* ser parte da disputa sobre *S*, no sentido relevante para nossos propósitos, sua relação não pode ser metalinguisticamente mediada.[11]

Mesmo com essa estipulação estabelecida, a versão contrafatual da heurística algumas vezes encontrará uma disputa substancial sobre *S'* associada com uma disputa verbal sobre *S*. Isso acontecerá quando for o caso que concordar sobre *S'* mudaria a posição de uma das partes o suficiente para fazê-la mudar de ideia sobre *S*, e similarmente para concordar sobre ¬*S'*, levando por qualquer caminho ao aparente acordo sobre *S*, apesar da diferença no uso.[12] Muitos casos assim serão disputas parcialmente verbais sobre *S*, mas alguns serão disputas inteiramente verbais tal como definido anteriormente. Na prática, isso não importa muito. Mesmo nos casos em questão, o método é útil para as partes recuperarem o foco em uma disputa substancial na

[11] Essa estipulação terá de ser qualificada para dar conta de algumas disputas substanciais na linguística, nas quais o mesmo termo é usado e mencionado: por exemplo, debates sobre o significado da palavra "significado" ou sobre o comprimento da palavra "comprimento".

[12] Para ilustrar usando proposições: suponha que *S* expressa *p* para Jo e uma proposição relacionada *q* para Mo, enquanto *S'* expressa *r* para ambos. Jo e Mo concordam sobre a verdade de *p* e de ¬*q*, então têm uma disputa verbal sobre *S*. Jo aceita *r*, mas se rejeitasse *r* rejeitaria *p* (bem como *q*). Mo rejeita *r*, mas se aceitasse *r* aceitaria *q* (bem como *p*). Assim, os dois discordam substancialmente sobre *S'*, mas se concordassem sobre o valor de verdade de *S'* (por qualquer via), concordariam sobre *S*. Isso requer não apenas discordar sobre *r*, mas também sobre sua relevância evidencial para *p* e para *q*, portanto, esses casos não serão especialmente comuns.

vizinhança. E esses casos não afetam a tese-chave para nossos propósitos abaixo: a tese de que se não há um tal *S'*, então (exceto em certas circunstâncias especiais) a disputa sobre *S* é inteiramente verbal.

Essa heurística não pretende fornecer uma definição redutora de disputa verbal ou um procedimento inteiramente mecânico para determinar quando uma disputa é verbal. Essas ambições estão fora de questão, ambas por causa das exceções à heurística e porque o método em si recorre à noção de disputa verbal. Na realidade, o método é uma ferramenta heurística que nos permite usar casos claros de disputas substanciais ou verbais para ajudar a decidir o estatuto de casos obscuros.

O método da eliminação é extremamente útil na prática, tanto dentro quanto fora da filosofia. De fato, já é usado frequentemente, ainda que não tão frequentemente quando poderia. Quando diante de uma disputa que é potencialmente verbal com respeito ao termo *T*, pode-se simplesmente perguntar às partes: vocês podem declarar o que estão discordando sem usar (ou mencionar) o termo *T*? Ou vocês podem declarar ao menos parte do debate desse modo? Se as partes o puderem, e o debate resultante for não-verbal, isso será forte evidência de que a disputa original tinha elementos substanciais. Se não puderem fazê-lo, então isso será evidência de que o debate original foi inteiramente verbal (com a exceção discutida na seção 7).

O método da eliminação pode ter vários resultados. Se revelar uma disputa claramente não-verbal sobre alguma *S'* relevante, então a disputa original não é inteiramente verbal, mas em qualquer caso as partes podem concentrar sua disputa em *S'* para produzir um debate esclarecido. Se há uma disputa sobre algum *S'* relevante, mas não está claro se a disputa é verbal, se pode repetir o procedimento, barrando não apenas *T*, mas expressões *T'* adicionais relevantes usadas em *S'*. Pode-se tornar esse método mais eficiente ao estipular que quando se barra o termo original *T*, também se barra o uso de todos os termos que são cognatos indisputados ou sinônimos de *T* (embora valha notar que algumas vezes uma disputa verbal é espelhada em uma disputa sobre quais termos são cognatos ou sinônimos). Se o método revelar acordo sobre todas as *S'* relevantes no vocabulário restringido, isso fornecerá razão para pensar que a disputa sobre *S* foi verbal (ou que cai no caso especial discutido abaixo). Se for assim, as partes podem ou deixar de lado a disputa, se estiverem interessadas no domínio de primeira-ordem, ou se concentrar na questão metalinguística, se estiverem interessadas nas palavras em si.

A exceção a que tenho aludido envolve casos de exaustão do vocabulário. Se uma linguagem tem um vocabulário limitado, pode ser que uma vez que se barre uma expressão chave, não se possa mais formular nenhuma questão que possa potencialmente resolver a questão original. Por exemplo, em uma linguagem que tem apenas um predicado ("alto", digamos), barrar esse predicado nos deixará incapazes de enunciar qualquer disputa relevante para "X é alto", porém, tais disputas podem mesmo assim ser substanciais. Similarmente, se uma linguagem contém apenas um termo moral, tal como "bom", então em alguns casos barrar esse termo pode nos deixar incapazes de enunciar disputas relevantes para "X é bom". Contudo, esse fenômeno não implica que disputas morais não são substanciais. Logo, devemos reconhecer a possibilidade de exceções desse tipo.

Argumentarei adiante que essas exceções são raras. Em uma língua como o inglês, tais exceções surgirão somente para termos que expressam conceitos especialmente primitivos. Para outros termos, se não podemos encontrar uma disputa correlativa substancial que não use o termo, a disputa original é ela mesma verbal. Por ora, no entanto, apenas notarei que se não podemos formular nenhuma disputa correlativa assim, então é preciso determinar independentemente se esse é um caso de exaustão do vocabulário ou de disputa verbal.

4. O método da eliminação dentro da filosofia.

O método da eliminação pode ser aplicado em muitas disputas na filosofia. Para ilustrar um possível uso, começarei com uma questão que tem sido frequentemente acusada de gerar disputas verbais, e na qual os participantes são relativamente sofisticados sobre tais questões: a questão livre-arbítrio e determinismo.

Suponha que um compatibilista diga "O livre-arbítrio é compatível com o determinismo", e um incompatibilista diz "Não, o livre-arbítrio não é compatível com o determinismo". Alguém poderia ser desafiador e sugerir que a disputa é verbal, e que a disputa surge apenas porque as partes querem dizer coisas diferentes por "livre-arbítrio".

Podemos então aplicar o método da eliminação: barre o termo "livre-arbítrio" e veja se há disputas residuais. Há vários resultados possíveis, dependendo do compatibilista e do incompatibilista em questão. Um resultado possível é que as partes discordarão sobre uma frase como "A responsabilidade moral é incompatível com o determinismo" como parte da disputa original. Se for o caso, isso é uma indicação *prima*

facie de que a disputa é não-verbal — ainda que se possa querer reaplicar o método em "responsabilidade moral" para se certificar. Outro resultado possível é que não exista tal discordância residual. Por exemplo, as partes podem concordar que "O determinismo é compatível com um grau D de responsabilidade moral", "O determinismo não é compatível com um grau maior que D' de responsabilidade moral" (por exemplo, um grau envolvendo culpabilidade que legitime punição retributiva) e outras frases relevantes. Esse resultado é indicação *prima facie* de que a disputa é verbal, repousando em uma discordância sobre o significado de "livre-arbítrio" exigir um grau maior que D de responsabilidade moral.

É claro, diagnósticos diferentes podem se aplicar para pares compatibilista/incompatibilista diferentes.[13] E diagnósticos adicionais seriam possíveis: por exemplo, talvez a disputa possa se correlacionar com uma discordância sobre a possibilidade de agir diferente ser compatível com o determinismo, em vez de uma disputa sobre responsabilidade moral. Nesse caso, pode-se reaplicar o método em uma tentativa de ver se essa disputa é substancial ou verbal. Como sempre, não é questão do problema do compatibilismo ser um problema verbal *simpliciter*: em vez disso, disputas sobre o compatibilismo podem ser verbais para alguns pares de partes, e não para outros.

Na tradição socrática, as questões filosóficas paradigmáticas tomam a forma "O que é X?". Essas questões são o foco de muitos debates filosóficos hoje: o que é o livre-arbítrio? O que é o conhecimento? O que é a justificação? O que é a justiça? O que é a lei? O que é a confirmação? O que é a causação? O que é a cor? O que é um conceito? O que é o significado? O que é a ação? O que é a vida? O que é a lógica? O que é o autoengano? O que é a seleção de grupo? O que é a ciência? O que é a arte? O que é a consciência? E, de fato: o que é uma disputa verbal?

---

[13] O primeiro diagnóstico (envolvendo discordâncias substanciais sobre responsabilidade moral) pode se aplicar a P. F. Strawson (1962) e Galen Strawson (1986), por exemplo, enquanto o segundo diagnóstico (envolvendo concordância substancial sobre a responsabilidade moral subjacente ao desacordo verbal sobre o livre-arbítrio) pode se aplicar a J. J. C. Smart (1961) e Derk Pereboom (2001). Para esses filósofos, com efeito, disputas sobre o livre-arbítrio estão ancoradas no conceito fundamental (no sentido discutido adiante) de responsabilidade moral. Para outros filósofos, como John Fischer (1995) e Peter van Inwagen (1983), a disputa subjacente sobre a possibilidade de agir diferente é mais central: para esses filósofos, disputas sobre o livre-arbítrio são tomadas como ao menos em parte ancoradas no conceito fundamental de o que um agente poderia ter feito. Há ainda outros filósofos (kantianos, talvez?) que podem tomar "livre" em si como expressando um conceito fundamental.

Apesar de sua centralidade tradicional, disputas sobre questões como essas são particularmente passíveis de envolverem disputas verbais.[14] Por isso essas disputas são candidatas particularmente boas para o método da eliminação. Para disputas dessa forma podemos aplicar um caso especial do método, que podemos chamar de *jogada da subscrição.*

Suponha que duas partes estão discutindo sobre a resposta para "O que é *X*?". Uma parte diz "*X* é tal e tal", enquanto a outra diz "*X* é assim e assado". Para aplicar a jogada da subscrição, barramos o termo *X* e introduzimos dois novos termos X_1 e X_2 que são estipulados como equivalentes aos dois lados direitos. Podemos então perguntar: as partes têm discordâncias não-verbais envolvendo X_1 e X_2, de um tipo tal que resolver essas discordâncias resolveria ao menos em parte a disputa original? Se sim, então a disputa original é não-verbal, e a discordância residual pode servir como foco para uma disputa esclarecida. Se não, então isso sugere que a disputa original era verbal (a menos que tenhamos atingido o ponto da exaustão do vocabulário, como discutido há pouco). De qualquer jeito, o método ajuda a esclarecer a disputa.

Por exemplo, na disputa sobre o livre-arbítrio, uma parte pode dizer "A liberdade é a habilidade de fazer o que se deseja" enquanto a outra diz "A liberdade é a habilidade de ser a origem última das próprias escolhas". Podemos então introduzir "liberdade$_1$" e "liberdade$_2$" para os dois lados direitos aqui, e perguntar: as partes divergem sobre liberdade$_1$ e liberdade$_2$? Talvez elas discordem sobre "A liberdade$_2$ é necessária para a responsabilidade moral" ou sobre "A liberdade$_1$ é a que verdadeiramente valorizamos". Se for assim, isso esclarece o debate. Por outro lado, talvez elas concordem que liberdade$_1$ exprime certa responsabilidade moral diluída, que liberdade$_2$ seria realmente valiosa, mas que liberdade$_1$ é algo valiosa, e por aí vai. Se for assim, isso é sinal de que a discordância aparente sobre a natureza do livre-arbítrio é meramente verbal.

Algo similar se aplica para o debate sobre a distinção semântica/pragmática na filosofia da linguagem. Suponha que uma parte diz que propriedades semânticas (por oposição às pragmáticas) são aquelas associadas a um tipo de expressão por convenção linguística, enquanto a outra parte diz que propriedades semânticas são aquelas que contribuem para as condições de verdade de uma elocução. Aqui a primeira, mas não a

[14] Penso que a literatura filosófica sobre quase todas as questões no último parágrafo é cercada por disputas verbais, de uma maneira que ocasionalmente, mas muito raramente, é reconhecida. É claro que cada debate envolve uma mistura de elementos substanciais também.

segunda, classificará implicaturas convencionais (a diferença entre "e" e "mas", digamos) como semântica, enquanto a segunda, mas não a primeira, classificará referentes dependentes do contexto (o referente de uma elocução de "eu", digamos) como semântica.

Podemos então barrar "semântica" (e "pragmática") e introduzir "semântica$_1$" e "semântica$_2$" para os dois lados direitos. Há discordância residual? Talvez se possa encontrar uma discordância sobre a alegação de que fenômenos semânticos$_1$, em vez de fenômenos semânticos$_2$, possam desempenhar tal e tal papel em uma teoria linguística, ou em uma teoria do entendimento. Se for assim, isso será sinal de que a disputa é substancial. Mas, talvez não se encontre discordância residual relevante entre as partes. Nesse caso a disputa foi verbal o tempo todo.

O mesmo vale para algumas disputas sobre a natureza da justificação. Suponha que um fundacionista internista sustente que uma crença é justificada sse estiver racionalmente baseada em evidência disponível ao sujeito, enquanto um confiabilista externista sustenta que uma crença é justificada sse for produzida por um método vero-condutor. Se aplicamos a jogada da subscrição, há uma discordância residual sobre justificação$_1$ e justificação$_2$? Para alguns pares de internistas e externistas, isso está longe de ser óbvio. Pode ser que as partes possam concordar que crenças justificadas$_1$ acompanhem a posse de razões e certas normas subjetivas (talvez correspondendo a um "deve" subjetivo), enquanto crenças justificadas$_2$ acompanhem acertar respostas e certas normas objetivas (talvez correspondendo a um "deve" objetivo). Para partes assim, a disputa original muito provavelmente era verbal.[15] Para outros pares de internistas e externistas, pode haver uma discordância residual, mas o método da eliminação terá ao menos esclarecido a questão entre eles.

Frequentemente encontramos elementos verbais em disputas sobre a formulação do fisicismo. Por exemplo, alguns fisicistas sustentam que o fisicismo é a tese de que tudo sobrevém nas propriedades invocadas por uma física completa (sejam elas mentais ou não), enquanto outros sustentam que o fisicismo é a tese de que tudo sobrevém nas propriedades invocadas por uma física completa e que essas propriedades são não-

[15] Algo nessa linha é perseguido por William Alston (2005) em seu livro "Beyond Justification", que pode ser visto como uma aplicação aprofundada do método da eliminação em disputas na epistemologia.

mentais.[16] Para decidir se essa disputa é verbal, pode-se barrar "fisicismo", introduzir "fisicismo$_1$" e "fisicismo$_2$", e ver se há uma discordância residual.

Aqui, discordâncias residuais substanciais não são fáceis de encontrar. As candidatas mais prováveis são alegações sociológicas ou normativas: por exemplo, "Fisicismo$_1$ é o que preocupa as pessoas em certo debate", "Fisicismo$_1$ é a questão mais importante" ou "Fisicismo$_1$ é o que importa para o propósito X". Mesmo nesses casos, contudo, não está claro que qualquer uma dessas frases será tal que os sujeitos discordam sobre ela, e tal que resolver essa discordância resolveria a discordância original. Mas, em qualquer caso, se essas são as discordâncias residuais, então se pode focar nessas questões, colocando o debate no domínio sociológico ou normativo ao qual pertence.

A lista de casos pode ser multiplicada. Penso que quase todos os casos na lista "O que é X?" acima podem ser no fim sujeitos à jogada da subscrição, ou às outras versões do método da eliminação. Para as outras disputas filosóficas que não tomam a forma "O que é X?", a jogada da subscrição pode não se aplicar diretamente, já que pode não haver nenhum X_1 e X_2 óbvios para substituírem um termo chave X. Porém, nesses casos, podemos aplicar o método da eliminação do mesmo jeito, recuando para uma linguagem neutra e procurando por uma discordância residual. Esse método quase sempre produz esclarecimento na disputa original (com algumas poucas exceções discutidas abaixo) e às vezes produz progresso filosófico significativo.

O método da eliminação pode ser útil mesmo quando um debate não é verbal. Se dois filósofos têm domínio conceitual do exato mesmo conceito de fisicismo, mas um assere "O fisicismo é verdadeiro" e o outro rejeita isso, então pedir para que eles enunciem as discordâncias relevantes sem usarem o termo "fisicismo" provavelmente vai, apesar disso, esclarecer o que está em questão. Similarmente, o método da eliminação pode ser aplicado de modo útil mesmo em asserções filosóficas feitas por uma única parte, não no contexto de uma disputa. Se é pedido ao compatibilista que enuncie sua tese, ou aspectos relevantes de sua tese, sem usar o termo "livre-arbítrio", isso pode muito bem esclarecer essa tese para uma audiência e pode ajudar a reduzir a tese às questões-chave subjacentes.

---

[16] Uma versão da primeira linha é tomada por Janice Dowell (2006), enquanto uma versão da segunda linha é tomada por Jessica Wilson (2006). Um ancestral do presente artigo, "65.536 Definições de Fisicismo" (apresentado na *Bowling Green conference on Formulating Physicalism* em 2005) aplicou o método da eliminação ao fisicismo em algum detalhe, com a disputa entre Dowell e Wilson na conferência servindo como um foco.

5. Uma reação possível.

Para cada uma dessas disputas filosóficas, um diagnóstico de uma disputa verbal pode ser recebido com a seguinte reação: "Ainda que concordemos sobre todas as propriedades de X_1 e X_2 em uma linguagem que não envolve X, nós continuamos discordando. Discordamos sobre X ser X_1 ou X_2!". Por exemplo, as partes podem insistir que têm uma discordância substancial sobre o fisicismo$_1$ ou o fisicismo$_2$ ser realmente fisicismo, ou sobre semântica$_1$ ou semântica$_2$ ser realmente semântica.

Nesses casos, entretanto, é difícil ver em que consiste a alegada disputa residual, e o que poderia depender dessa disputa. É óbvio que as partes podem discordar sobre qual, entre fisicismo$_1$ e fisicismo$_2$, melhor se ajusta ao uso de "fisicismo" em certa comunidade, ou sobre semântica$_1$ ou semântica$_2$ melhor se ajustar ao uso de "semântica" em dada comunidade. Para resolver essas questões de uso se pode fazer sociologia, antropologia, linguística ou filosofia experimental. Uma vez que concordamos sobre as propriedades de primeira ordem de fisicismo$_1$ e fisicismo$_2$, é difícil ver qualquer outra coisa no domínio de primeira ordem que dependerá dessas questões de uso.

Alternativamente, as partes podem discordar sobre ser liberdade$_1$ ou liberdade$_2$ que melhor se ajusta ao nosso *conceito* comum de liberdade—aquele que usamos em pensamento nas ocasiões relevantes. Para resolver essa questão podemos nos empenhar em psicologia ou em psicanálise, bem como em filosofia experimental e nas outras áreas mencionadas acima. Novamente, uma vez que concordamos sobre as propriedades de primeira ordem (incluindo o valor) de liberdade$_1$ e liberdade$_2$, é difícil ver qualquer outra coisa no domínio de primeira ordem que dependerá dessa questão conceitual.

Uma vez que concordamos sobre as propriedades de primeira ordem relevantes do fisicismo$_1$ e fisicismo$_2$ e que concordamos sobre as questões sociológicas, linguísticas e psicológicas acima, e que refletimos adequadamente, não resta disputa importante para resolver. E mesmo antes de concordar nas questões sociológicas e demais desse tipo, não resta disputa *filosófica* importante para resolver, ao menos se não estamos diretamente preocupados com a linguagem. Pode ser que, assim como no caso deferencial do esquilo, exista um fato sobre o uso de "fisicismo" na comunidade. Se for assim, e se ambas as partes deferem às suas comunidades, então antes de resolver as questões de uso haverá uma questão de fato não resolvida sobre a parte que diz "Fisicismo é fisicismo$_1$" ou a parte que diz "Fisicismo é fisicismo$_2$" estar correta. Se estamos preocupados com a

linguagem, para respeitar a tradição ou facilitar a comunicação, por exemplo, ou se somos linguistas ou filósofos da linguagem, então pode ser importante acertar a resposta para essa questão. Porém, se não estamos ou somos, não há importância nessa questão residual.[17]

Se não deferimos ao uso da comunidade, então haverá ainda menos razão para resolver questões de uso, e é arguível que não haverá fatos não-resolvidos em absoluto. Isto é, é arguível que se usamos "fisicismo" não-deferencialmente, e sabemos todas as verdades relevantes sobre fisicismo$_1$ e fisicismo$_2$ e as outras verdades em vocabulário que não envolva "fisicismo", e refletimos adequadamente, então não haverão fatos ocultos sobre a verdade de "Fisicismo é fisicismo$_1$". Mas, mesmo que existam tais fatos ocultos, como em algumas teorias do significado externistas radicais (lembre-se da teoria epistêmica da vagueza, na qual podem haver fatos ocultos sobre o significado de "alto"), nada de importância dependerá do conhecimento desses fatos, tal como nada de importância dependerá do conhecimento de tais fatos no caso do externismo social acima. Assim como naquele caso, uma disputa sobre "Fisicismo é fisicismo$_1$" entre partes que concordam sobre as verdades que não envolvem "fisicismo" será uma disputa amplamente verbal.

Tanto nos casos deferenciais quanto nos não-deferenciais um externista semântico pode insistir que, independentemente de questões de uso, a questão é importante: afinal, a questão do fisicismo ser fisicismo$_1$ ou ser fisicismo$_2$ é *prima facie* uma questão de primeira ordem, e como ocorre com outras questões de primeira ordem, há valor em estar certo sobre ela.[18] O mesmo vale para acertar a questão de algo estar em volta de outra coisa, mesmo uma vez que sabemos que está andando em volta$_1$, não está andando em volta$_2$, e por aí vai. Contudo, a significância da questão residual (uma vez que as outras questões estão resolvidas) parece se reduzir à significância da questão linguística de a que "fisicismo" e "andar em volta" se referem (ou deveriam se referir), e não é interessante por si só. Ao saber que o homem está andando em volta$_1$ do esquilo, e que não está andando em volta$_2$ do esquilo, e assim por diante, sabemos as questões de primeira ordem importantes sobre eles. No pior dos casos, estamos perdendo

[17] Pelo menos não haveria importância na questão *qua* questão residual uma vez que as questões de primeira ordem relevantes estivessem resolvidas. Se as questões de primeira ordem ainda não estiverem resolvidas, os fatos linguísticos podem ter algum peso evidencial sobre elas, como discutido na próxima seção.

[18] Agradeço a Jonathan Schaffer e a Tim Williamson por avançarem essa linha de resistência.

conhecimento de um desses fatos sob certo modo de apresentação linguístico. Se não estamos preocupados com a linguagem, não devemos ficar preocupados por não ter esse tipo de conhecimento.

É claro que há casos possíveis nos quais crenças verdadeiras tenham valor derivativo. Por exemplo, alguém pode anunciar um prêmio que será pago somente se o fisicismo for provado (ou somente se o homem anda em volta do esquilo). No entanto, nesse caso, dado que concordamos sobre as questões de primeira ordem anteriores, podemos resolver a questão residual simplesmente resolvendo questões de uso. Então, com efeito, a disputa residual dependerá de questões linguísticas. Esse comportamento contrasta com aquele de uma disputa substancial que é normalmente despropositada. Por exemplo, uma disputa substancial sobre a localização exata de uma partícula fundamental específica normalmente seria despropositada, mas se pode imaginar um caso em que a trajetória de um asteroide que se dirige a Terra depende dessa localização. Nesse caso, não podemos resolver a disputa sobre a localização da partícula simplesmente resolvendo questões de uso. Essa conexão com a mediação linguística nos ajuda a destacar o modo em que o (típico) caráter despropositado de disputas amplamente verbais é distintivo.

Alguém pode dizer que crenças verdadeiras são intrinsecamente valiosas, e que uma crença de primeira ordem sobre Plutão ser um planeta (digamos) carregará valor intrínseco. Contudo, sugeri acima que nos casos relevantes o valor dessa crença se reduzirá ao valor das crenças verdadeiras sobre Plutão ser um planeta$_1$ ou um planeta$_2$ e por aí vai (especificado sob um modo de apresentação não-deferencial sem fatos ocultos sobre referências), juntamente com o valor das crenças verdadeiras sobre o significado de "planeta". Com tudo isso fixado, não há valor significante nas crenças verdadeiras adicionais. Isso contrasta enormemente com o valor significante de crenças verdadeiras sobre a propriedade de ser um planeta quando estas não são colocadas contra tal pano de fundo de crenças subjacentes existentes.

Talvez possa haver um sistema de valores intelectuais que dê às crenças verdadeiras sobre a propriedade de ser redondo, ou sobre o fisicismo, ou sobre a propriedade de ser um planeta, um valor não-derivativo significante, além do valor das outras crenças verdadeiras em questão. Mas, tal sistema de valor pareceria fetichista.[19]

[19] Um oponente pode sugerir que nosso sistema de valores intelectuais aqui é apenas uma função da nossa psicologia, e que não é objetivamente preferível diante do sistema "fetichista". Não posso esperar resolver

Uma vez que temos as outras crenças verdadeiras, a crença verdadeira extra não corresponde a nenhum aumento significativo em nosso entendimento do mundo. E na prática filósofos sensatos e cientistas que não estão preocupados com questões metalinguísticas estão quase sempre dispostos a deixar de lado essas questões residuais como insignificantes. Como sempre, essas questões residuais carregam consigo um tipo distintivo de caráter despropositado. Se estamos interessados no entendimento, é melhor simplesmente seguir adiante.

6. Análise conceitual e filosofia da linguagem comum.

Essa concepção da questão leva a certo deflacionismo sobre o papel da análise conceitual (seja *a priori* ou *a posteriori*), e sobre o interesse em questões como "O que é X?" ou "O que é ser X?". Alguns componentes dessas questões são inevitavelmente terminológicos, e o resíduo não-terminológico pode ser encontrado sem se usar "X".

Na concepção que prefiro, em vez de perguntar "O que é X?", deveríamos nos concentrar nos papéis que desejamos que X desempenhe, e ver o que pode desempenhar esse papel. Os papéis em questão aqui podem em princípio ser propriedades de todos os tipos: assim, nos concentramos nas propriedades que desejamos que X tenha, e descobrimos o que tem tais propriedades. Porém, muito frequentemente, serão papéis causais, papéis normativos e especialmente papéis explanatórios.

Por exemplo, em vez de perguntar "O que é conteúdo semântico?" e esperar uma resposta determinada, deveríamos nos concentrar em vários papéis explanatórios que desejamos que conteúdos semânticos desempenhem. Então poderemos dizer: aqui há algumas propriedades interessantes (de frases ou de elocuções): S_1 pode desempenhar esse papel, S_2 pode desempenhar esse papel, S_3 pode desempenhar esse papel. Pouca coisa depende da questão terminológica residual sobre qual desses realmente é o conteúdo semântico.

Similarmente, em vez de perguntar "O que é uma crença? O que é crer?" e esperar uma resposta determinada, podemos nos concentrar nos vários papéis que desejamos que crenças desempenhem e, digamos, aqui há alguns estados interessantes: B_1 pode

questões sobre a objetividade de valores epistêmicos aqui, mas estou fortemente inclinado a rejeitar a posição relativista. Se esse relativismo fosse aceito, então enquanto a noção de disputa amplamente verbal fosse fundamentada na noção de ter caráter despropositado, se poderia também ter que ser relativista sobre a questão de uma disputa ser amplamente verbal.

desempenhar esses papéis, B_2 pode desempenhar esses papéis, B_3 pode desempenhar esses papéis. Pouca coisa depende da questão terminológica residual sobre qual desses realmente é a crença.

A imagem da questão também é deflacionária sobre as alegações de alguns oponentes da análise conceitual. Esses oponentes com frequência dizem: "Não me importo com o conceito de X. Me importo com o que X realmente é. Mesmo que X_1 não reflita nosso conceito de X, X realmente é X_1.". Por exemplo, quando oferece sua teoria teleológica do significado, Ruth Millikan (1983, p.73) diz que não está analisando o conceito de significado, que está, ao invés disso, oferecendo uma teoria sobre a natureza do significado. Similarmente, quando Hilary Kornblith (2002, pp.1-2) oferece sua teoria naturalista do conhecimento, ele diz que não está analisando o conceito de conhecimento e que, ao invés disso, está oferecendo uma teoria do próprio conhecimento.

Penso que essas propostas sobre o que X "realmente é" muitas vezes são implausíveis, já que o conceito de X coloca restrições ao que se aplica. Mas, em qualquer caso, penso que a posição desses filósofos poderia ser defendida muito mais plausível e poderosamente ao se dizer: "Não me importo com o que X é. Só me importo com o papel explanatório associado. E X_1 pode desempenhar tais e tais partes cruciais desse papel.". Nesse modo de colocar as coisas, não importa se o significado realmente é conteúdo teleológico (e então a intuição de que a criatura do pântano poderia falar com sentido é irrelevante mesmo se correta). O que importa é se o conteúdo teleológico pode explicar vários fenômenos que o significado deveria explicar.

Claro que os próprios papéis devem ser expressos na linguagem, e o perigo de disputas verbais também surge em alegações sobre papéis. Como sempre, devemos estar sempre preparados para abandonar qualquer expressão particular ao se enunciar esses papéis. Ainda assim, na prática, as expressões usadas ao se enunciar papéis serão frequentemente incontestes enquanto as expressões usadas na questão original foram contestadas. Logo, na prática, a mudança para papéis pode esclarecer bastante as questões. Nos casos em que disputas verbais potenciais também surgem ao se enunciar os papéis, podemos repetir o processo na esperança de que no fim das contas encontraremos um terreno em comum para a questão.

Esse modelo não é completamente deflacionário sobre a análise conceitual. Nesse modelo a análise de *palavras* e de conceitos associados é relativamente irrelevante para o entendimento de um domínio de primeira ordem. Entretanto, ainda assim é interessante

e importante analisar espaços conceituais: os espaços de conceitos (e das entidades a que se aplicam) que são relevantes para um domínio, determinando quais conceitos podem desempenhar quais papéis, quais são as dimensões de variação relevantes, e por aí vai.[20]

Isso leva naturalmente a um tipo de pluralismo conceitual: há múltiplos conceitos interessantes (correspondendo a múltiplos papéis interessantes) na vizinhança de termos filosóficos como "semântico", "justificado", "livre", e pouca coisa de substância depende de qual deles acompanha o termo. O modelo também pode levar a um tipo de pluralismo sobre as propriedades às quais esses conceitos se aplicam. Por exemplo, ele naturalmente leva ao pluralismo semântico: há muitos tipos interessantes de propriedades quase-semânticas de expressões, desempenhando diferentes papéis. Leva ao pluralismo epistêmico: há muitas relações epistêmicas diferentes, desempenhando diferentes papéis. Leva ao pluralismo sobre genes: há muitos tipos diferentes de coisas que merecem ser chamadas "genes", desempenhando diferentes papéis. O mesmo vale para o pluralismo sobre confirmação, pluralismo sobre cores, e daí em diante.

Estou inclinado a pensar que o pluralismo deveria ser a posição inicial para a maioria das expressões filosóficas. Tipicamente não haverá nenhum papel único privilegiado associado a uma expressão dessas, e papéis diferentes serão melhor desempenhados por propriedades diferentes. O mesmo vale se nos movemos para conjuntos de papéis: diferentes falantes associarão o termo a diferentes conjuntos de papéis, e diferentes conjuntos de papéis serão melhor desempenhados por propriedades diferentes. Pode ser que em alguns casos um termo seja uniformemente associado a um papel único (ou conjunto de papéis) em nossa comunidade, ou que um papel seja muito mais importante que todos os outros, ou que uma propriedade desempenhe cada um dos papéis relevantes melhor do que qualquer outra propriedade. Mas, suspeito que tais casos sejam relativamente raros. Deixando tais casos de lado, deveríamos esperar que existam múltiplos conceitos e muitas propriedades interessantes na vizinhança de uma dada expressão.

---

[20] E sobre o progresso na análise conceitual? Se pode tomar a discussão do "mentir" na seção 2 como sugerindo que esse progresso é sempre amplamente verbal e, portanto, de grande interesse se estamos interessados em questões metalinguísticas e metaconceituais. Não penso que isso esteja exatamente correto: o progresso ao se analisar o conceito de limite foi claramente substancial, por exemplo. Mas, penso que esse progresso é substancial em vez de verbal precisamente por causa dos muitos papéis que o conceito de limite desempenha para nós, por exemplo, ao caracterizar funções contínuas, derivadas, e por aí em diante. O progresso não-metalinguístico consiste em determinar com precisão qual tipo de propriedade matemática pode desempenhar tais papéis. Agradeço a Kit Fine pela discussão aqui.

A imagem que emerge é também algo deflacionária sobre o papel da filosofia da linguagem comum em suas várias manifestações: a filosofia de Oxford dos anos 1950, análises plano-de-Canberra de conceitos do senso comum, contextualismo e teses relacionadas na epistemologia, a filosofia baseada-na-linguística contemporânea e algumas partes da filosofia experimental. Não é inteiramente deflacionária sobre esses empreendimentos: certamente podemos nos mover de premissas linguísticas para conclusões substanciais, se formos suficientemente cuidadosos sobre premissas e sobre argumentos de ligação. Ainda assim, se não formos cuidadosos, acabaremos apresentando posições que refletem as vicissitudes da própria linguagem em vez de verdades filosóficas mais profundas.

Para ver melhor a questão, note que o mero fato de palavras existentes como "sabe" ou "intencional" ou "vê" se comportarem de certo modo não basta para resolver disputas substanciais sobre epistemologia, ação ou percepção. Afinal, posições baseadas nesses dados podem divergir apenas verbalmente de posições nas quais "sabe" ou "intencional" ou "vê" se aplicam a coisas diferentes, e que endossam alegações de primeira ordem aparentemente diferentes que usam essas palavras. Considere uma posição contextualista que diz que "sabe" tem dois referentes distintos em contextos diferentes: conhecimento$_{baixo}$, que frequentemente temos, e conhecimento$_{alto}$, que nunca temos. Quaisquer divergências substanciais entre os proponentes dependerão do que dizem sobre propriedades adicionais dos referentes: por exemplo, sobre o valor epistêmico e o papel normativo de conhecimento$_{baixo}$ e de conhecimento$_{alto}$. Avaliar essas propriedades adicionais exige ir além dos dados linguísticos.[21]

Ainda há alguns papéis para a filosofia da linguagem comum. Primeiro, há interesse intrínseco considerável em entender o significado das palavras que atualmente usamos na filosofia, em entender os conceitos e os padrões de pensamento que atualmente implantamos. A linguagem e a psicologia da filosofia são tópicos importantes por si só. No entanto, há muito mais para a filosofia do que a linguagem e a psicologia

[21] Para mais sobre aplicar a presente metodologia ao contextualismo, veja a discussão ligada em http://consc.net/contextualism.html. Veja também Sosa (2004), que usa considerações sobre disputas verbais para tirar conclusões deflacionárias sobre certos aspectos do contextualismo. Para abordagens deflacionárias relacionadas sobre a filosofia experimental, veja Sosa (2007) e Scanlon (2010). Em seu "manifesto da filosofia experimental" Knobe e Nichols (2009) sugerem que a filosofia experimental busca não tanto descobrir a verdade sobre a ação intencional, a causação, e por aí vai, mas em vez disso descobrir como as pessoas pensam sobre esses tópicos. Veja também a discussão de argumentos da linguagem comum em Chalmers (2012).

da filosofia, e deslocar-se das últimas para a primeira requer grande cuidado. Por exemplo, se é revelado que a liberdade$_1$ e não a liberdade$_2$ é capturada pelo nosso conceito comum de liberdade, de modo que o compatibilismo é verdadeiro sobre o conceito comum, isso adiciona interesse extra para liberdade$_1$, e talvez seja evidência de que é esse tipo de liberdade que realmente valorizamos. Mas, para responder às questões mais difíceis sobre a liberdade, ainda se precisa determinar as propriedades não-linguísticas da liberdade$_1$: se é verdadeiramente valiosa, qual é seu papel normativo, e por aí vai. O fato de que a liberdade$_1$ é capturada pela nossa palavra ou pelo nosso conceito comum não resolve essas questões (ainda que possa fornecer evidência em alguns casos, como abaixo).

Segundo, alegações linguísticas podem desempenhar um papel evidencial com respeito a alegações não-linguísticas. Um desses papéis é o papel descitacional trivial: por exemplo, o fato de que "conhecimento" (em minha boca) se refere a conhecimento$_1$ me permite concluir que conhecimento é conhecimento$_1$. Por razões discutidas anteriormente, contudo, essas inferências descitacionais não resolvem muita coisa: minha posição pode ainda assim divergir apenas verbalmente da de alguém que diz "Conhecimento é conhecimento$_2$". Entretanto, alguns papéis são menos triviais. Sei que valorizo o conhecimento, então se for descoberto que "conhecimento" se refere a conhecimento$_1$, segue-se que valorizo conhecimento$_1$. Assumindo que nossos valores fornecem evidência sobre o que é valioso, isso fornece evidência para a alegação não-linguística de que o conhecimento$_1$ é valioso. Apesar disso, alegações linguísticas são apenas um tipo de evidência entre muitos aqui, e sempre devemos ser explícitos sobre como exatamente as relações de evidência funcionam.

Terceiro, a prática da filosofia da linguagem comum pode nos levar a conceitos interessantes e a distinções importantes. Isso é especialmente provável se a doutrina da "genialidade da nossa língua" for correta: nossa linguagem é uma ferramenta afiada por uma história de uso, de modo que podemos esperar que se um conceito ou uma distinção é importante, nossa linguagem pode muito bem já tê-los capturado. Ainda assim, esse ponto confere à filosofia da linguagem comum mais um papel no contexto da descoberta do que no contexto da justificação. Depois de usar a linguagem comum para encontrar conceitos e distinções, ainda precisamos justificar alegações substanciais envolvendo esses conceitos e essas distinções.

Quarto, há questões normativas importantes sobre o que as expressões *devem* significar. Essas questões abrangem o que Peirce chamou de "a ética da terminologia". Agentes ideais podem não ser afetados por quais termos são usados para quais conceitos, mas para agentes não-ideais como nós, o significado aceito para um termo fará diferença para quais conceitos são destacados, para quais questões podem facilmente ser feitas e para quais associações e inferências serão naturalmente realizadas. Seguindo o projeto "meliorativo" de Haslanger (2005), podemos arguir que expressões como "gênero" e "raça" desempenham certo papel prático para nós, e que esse papel é melhor desempenhado por algumas concepções do que outras, de modo que "gênero" e "raça" devem ter certos significados. A disputa manifestamente verbal entre astrônomos sobre Plutão ser um planeta é melhor entendida como um debate de ética da terminologia: dados os papéis científicos e culturais que "planeta" desempenha, "planeta" deveria ser usado para incluir ou excluir Plutão? Na filosofia, "significado" funciona algo como um termo honorífico (atrai pessoas ao seu estudo), então se pesamos que significado$_1$ é mais importante que significado$_2$, podemos sustentar que "significado" deve ser usado para o significado$_1$. Similarmente, podemos argumentar que "livre-arbítrio" desempenha um papel prático útil no julgamento do estatuto moral de ações, ou um papel nocivo ao apoiar a punição retributiva, de maneira que devemos usá-lo para liberdade$_1$ (de modo que podemos atribuir livre-arbítrio) ou liberdade$_2$ (de modo que podemos negá-lo) respectivamente. As respostas para essas questões normativas podem depender de nossos propósitos e de nossos valores, mas as próprias questões certamente são substanciais.

Logo, a filosofia da linguagem comum não é irrelevante. Porém, devemos ser muito claros sobre seu uso. Se a filosofia da linguagem comum é praticada no modo material, como muitas vezes o é, é fácil deslocar-se muito rapidamente de dados linguísticos para alegações filosóficas substanciais de uma maneira que esconde disputas verbais potenciais. As coisas funcionam da melhor forma quando a filosofia da linguagem comum é praticada no modo formal, fazendo alegações sobre "liberdade" e não sobre a liberdade, por exemplo, e sendo clara quando essas alegações são descritivas ou normativas em relação ao uso atual. Se desejamos obter conclusões não-linguísticas enquanto evitamos disputas verbais, precisamos ser explícitos sobre as ligações, e idealmente estaremos preparados para formular a conclusão sem usar a expressão-chave. Assim, podemos arguir como acima que os dados linguísticos sugerindo que "livre"

significa X fornecem evidência sobre o valor de X, por exemplo. Fazer as coisas desse jeito minimiza disputas verbais potenciais e maximiza a clareza.

7. Disputas fundamentais.

As disputas que discutimos são casos relativamente fáceis. Alguns casos são muito mais difíceis.

Um caso difícil envolve disputas morais. Digamos que um kantiano e um consequencialista discordam sobre quando um ato é correto. O kantiano sustenta que um ato é correto sse tem certa propriedade deontológica, enquanto o consequencialista sustenta que um ato é correto sse tem certa propriedade de consequência. Podemos aplicar o método usual para determinar se isso é uma disputa verbal, barrando "correto" e introduzindo "correto$_1$" e "correto$_2$". Há um desacordo residual? Podemos encontrar uma disputa sobre "As pessoas sempre devem realizar atos corretos$_1$" e coisas parecidas. Mas, "deve" (no sentido relevante) é mais ou menos cognato com "correto", então isso não é muito progresso. Em todo caso, podemos barrar "deve" e introduzir "deve$_1$" e "deve$_2$", que são estipulados para se aplicarem aos atos com a propriedade deontológica e com a propriedade de consequência, respectivamente. Haveria desacordo residual agora?

Conforme prosseguimos, a discordância se torna mais e mais difícil de enunciar. É plausível que uma vez que todos os termos morais tenham ido embora, nenhuma discordância possa ser enunciada. Podemos concordar sobre todas as propriedades não-morais das ações relevantes, mas ainda assim discordar sobre serem corretas.

No caso de "semântica", "fisicismo" e por aí vai, a situação sugeria uma disputa verbal. Deveríamos similarmente diagnosticar uma disputa verbal aqui? Intuitivamente, a resposta é não. Com tudo que foi colocado, disputas morais são disputas substanciais. Na verdade, simplesmente exaurimos o vocabulário relevante. Parece que em certo ponto (talvez uma vez que tenhamos fixado o "deve" moral apropriado), chegamos aos fundamentos: uma disputa substancial envolvendo um conceito tão básico que não há esperança de esclarecer a disputa em termos mais básicos.

Outro caso difícil envolve disputas sobre a consciência. Suponha que discordamos sobre "Ratos são conscientes". Se barramos o termo "consciente" há discordâncias residuais? Podemos discordar sobre "Ratos são fenomenalmente conscientes", mas isso no máximo é um esclarecimento. Se barramos "fenomenalmente consciente", parece que

ficamos com discordâncias cognatas sobre frases como: "Ratos têm experiências" e "Não há nada que seja como ser um rato". Novamente, isso não é grande progresso.

Uma vez que termos fenomênicos são barrados, pode ser que nenhuma discordância possa ser enunciada. Podemos concordar sobre todas as propriedades não-fenomênicas de um rato, mas discordar sobre ele ser fenomenalmente consciente. Novamente, contudo, seria apressado concluir que a disputa original é verbal. Na verdade, simplesmente exaurimos o vocabulário relevante. Intuitivamente, uma vez que atingimos certo ponto ("fenomentalmente consciente", digamos) atingimos os fundamentos.

Um terceiro caso difícil envolve disputas sobre a existência. Suponha que um niilista mereológico (alguém que nega que existam objetos compostos) e um não-niilista discordem sobre "Apenas partículas existem". Podemos barrar "existe", e introduzir termos como "existe$_1$" como um quantificador que cobre somente objetos simples e "existe$_2$" de modo que "Existe$_2$ um F" se torna "Existem$_1$ simples arranjados como-F". As partes podem então concordar que somente partículas existem$_1$, e que não apenas partículas existem$_2$. Há discordância residual?

Pelo menos de acordo com as partes, há uma discordância residual: é sobre se apenas partículas *existem*, e sobre existência$_1$ coincidir com *existência*. Uma vez que certos quantificadores básicos são barrados, pode se tornar impossível enunciar essa disputa. Mas, de acordo com as partes, não devemos concluir que a disputa é verbal. Novamente, isso é um caso de exaustão do vocabulário. Plausivelmente, uma vez que alcançamos um quantificador básico tal como os quantificadores existenciais irrestritos, absolutos, atingimos os fundamentos.[22]

Esses resultados são compatíveis com o método da eliminação. Na medida em que os debates são substanciais, as disputas residuais em questão são todas substanciais, até que o vocabulário seja exaurido. Ainda assim, esses casos destacam um resultado importante de metodologia. Em certo momento, quando o método da eliminação é aplicado, um proponente pode dizer "Isso é fundamental". Aqui o pensamento é que atingimos um ponto em que somente expressões cognatas podem ser usadas para

[22] Hirsch (2005, 2009) diagnostica muitas disputas ontológicas como disputas verbais, com efeito negando que exista um único e absoluto quantificador fundamental. Sider (2009) responde argumentando que essas disputas se baseiam em um quantificador especialmente fundamental. Discuto brevemente a aplicação do método em causa para disputas ontológicas no final da seção 8 do presente artigo, e em mais profundidade nas seções 3 e 4 de Chalmers (2009).

enunciar a questão, e no qual não há esperança de encontrar uma discordância relevante em um nível "subjacente". Aplicações adicionais do método apenas levarão a andar em círculos, e finalmente à exaustão do vocabulário.

Digamos que disputas desse tipo são *disputas fundamentais*. Em uma primeira aproximação, uma disputa fundamental é uma disputa substancial para a qual nenhuma disputa subjacente pode ser encontrada pelo método da eliminação. Falando estritamente, se deveria dizer que uma disputa é fundamental relativamente à uma expressão: a disputa sobre "Ratos são conscientes" seria fundamental com respeito a "consciente", mas não com respeito a "rato". Uma disputa substancial é fundamental relativamente à uma expressão *E* quando nenhuma disputa subjacente pode ser encontrada pela aplicação do método da eliminação em *E*: grosso modo, quando não há disputa subjacente que não envolva *E* ou seus cognatos.

A carta "fundamental" só pode ser jogada raramente. A maioria das disputas plausivelmente não são disputas fundamentais. Por exemplo, se duas pessoas concordam em todos os enunciados subjacentes que não envolvem "carro" sobre uma entidade (isto é, não envolvem "carro" ou cognatos), mas discordam sobre algo ser um carro, parece claro que sua discordância será amplamente verbal. Correspondentemente, disputas substanciais envolvendo "carro" sempre se correlacionarão com disputas sobre várias verdades subjacentes não-cognatas, e podem por isso ser esclarecidas pelo método da eliminação. Logo, disputas com "carro" não são disputas fundamentais.

É claro que um proponente pode tentar alegar que disputas sobre "fisicismo" ou sobre "semântica" são disputas fundamentais. Afinal, a manobra que recomendei acerca de "fenomenalmente consciente" e "deve" é ao menos estruturalmente análoga à manobra discutida na última seção acerca de "fisicismo". Portanto, um proponente pode tentar sugerir que a disputa sobre o fisicismo é fundamental, e que nenhum progresso adicional pode ser feito barrando-se o termo. Mas, pelas razões dadas na seção 5, essa manobra é implausível. Parece que se duas partes concordam sobre todas as verdades subjacentes em uma linguagem que não envolva "fisicismo", então qualquer disputa adicional sobre "fisicismo" será amplamente verbal. Isso sugere que disputas sobre o fisicismo não são disputas fundamentais.

Isso sugere que há uma diferença crucial entre expressões como "deve", "consciente" e "existe", por um lado, e "fisicismo" e "semântica" por outro. Podemos colocar essa diferença putativa dizendo que as expressões na primeira classe, mas não na

segunda, são *expressões fundamentais*: expressões tais que algumas disputas são fundamentais com respeito a elas. É óbvio que algumas expressões ambíguas (como "consciente") podem gerar disputas fundamentais em alguns usos, mas não em outros. Então, podemos também falar de *usos* fundamentais de expressões: usos de uma expressão em uma disputa que é fundamental com respeito àquela expressão.

Resta esclarecer a noção de disputa fundamental. Eu disse que uma disputa substancial é fundamental com respeito a *E* quando nenhuma disputa subjacente pode ser encontrada pela aplicação do método da eliminação. Um pouco mais detalhadamente, podemos dizer que uma disputa é fundamental com respeito a *E* quando a disputa é substancial e não há disputa que não envolva *E* (e análogos em outros aspectos) que subjaza à disputa original.

O que é para uma disputa estar subjacente a outra? A relação de subjacência talvez precise ser tomada algo como um primitivo aqui, mas há algumas coisas que podemos dizer para esclarecê-la. Como discutido ao analisar "parte de" anteriormente, pode-se dizer que uma disputa subjaz a outra quando a segunda disputa surge em virtude da primeira. Porém, o "em virtude de" aqui precisa ser entendido estreitamente em vez de amplamente. Para os presentes propósitos é crucial que a relação seja assimétrica: se uma disputa subjaz a outra, a segunda não subjaz a primeira (para os propósitos metodológicos do método da eliminação, a assimetria é útil, mas menos crucial). Isso elimina glosas contrafatuais como "se a primeira disputa fosse resolvida, então a segunda disputa seria resolvida" porque estas frequentemente se aplicam simetricamente.

Como antes, podemos invocar noções explanatórias aqui: uma disputa subjaz a outra quando a primeira disputa pelo menos parcialmente explica a segunda, por certo tipo de explicação-mais-forte-que-causal. Por exemplo, algumas disputas sobre o livre-arbítrio ser compatível com o determinismo podem ser explicadas em termos de disputas sobre a responsabilidade moral ser compatível com o determinismo e, portanto, não são fundamentais com respeito a "livre-arbítrio". Mas, para algumas disputas sobre ratos serem fenomenalmente conscientes, pode não haver disputa que não envolva "fenomenalmente consciente" que explique a disputa original: no máximo haverão disputas sobre expressões cognatas ("Ratos têm experiências") ou menos básicas ("Ratos podem sentir dor") que não pode se dizer que explicam a disputa original.

A relação explanatória relevante precisa ser algo como uma relação disposicional idealizada. Podemos dizer que uma disputa sobre "Ratos têm experiências visuais" é

explicada por uma disputa sobre "Ratos são conscientes" mesmo que as duas partes nunca locucionem "Ratos são conscientes" ou sequer entretenham o pensamento correspondente. Aqui (e em geral) a segunda disputa pode ser entendida como uma disputa potencial, ou melhor, como uma discordância tácita. Mesmo na ausência de uma disputa explícita, é razoável sustentar que algumas disputas sobre "X pode ver" são explicadas pela discordância sobre o funcionamento dos olhos de X, enquanto em outros casos a discordância sobre o funcionamento é irrelevante e a disputa é explicada pela discordância sobre X ter experiências visuais.

A relação explanatória não é uma mera relação causal ou evidencial. Posso sustentar que ratos são fenomenalmente conscientes porque eles se comportam de certo modo, e você pode negar a primeira porque nega a última, mas (pelo menos se somos realistas fenomênicos), a disputa sobre seus comportamentos não subjaz ou explica a disputa sobre a consciência no sentido relevante. Correspondentemente, disputas fundamentais não devem ser identificadas com disputas sobre teses *epistemologicamente* fundamentais: teses pelas quais não se pode argumentar e que constituem intuições brutas ou premissas. Na verdade, o que é relevante é um tipo de fundamento conceitual.

Na realidade, a relação explanatória relevante pode ser vista como um tipo de relação conceitual: uma disputa subjacente deve ajudar a explicar o que está em questão na disputa original. Por exemplo, o que está em questão em certas disputas substanciais sobre o livre-arbítrio pode ser explicado em termos de discordâncias sobre a responsabilidade moral. O que está em questão em certas disputas substanciais sobre a justificação pode ser explicado em termos de discordâncias sobre em que as pessoas devem crer. O que está em questão em certas disputas substanciais sobre cores pode ser explicado em termos de discordâncias sobre de quais propriedades estamos mais diretamente cientes em nossas experiências com cores. E daí em diante. Isso é um relacionamento que filósofos e outros são adeptos a aplicar na prática: quando pedem para explicar o que está em questão em dada disputa, frequentemente podemos dar uma resposta. Para os presentes propósitos, não tentarei explicar teoricamente ainda mais a noção (as observações do inferencialismo na próxima seção sugerem uma possível base teórica para essa noção).

Podemos dispensar noções assimétricas como "subjacência" ou "em virtude de"? Pode-se sugerir que uma disputa é fundamental com respeito a uma expressão *E* quando é substancial e não é acompanhada por nenhuma disputa sobre *E*. Mas, isso não funciona:

uma disputa sobre *E* também será acompanhada por disputas sobre sinônimos de *E*, e pode ser acompanhada por disputas inteiramente não relacionadas. Se pode exigir, em vez disso, que não exista nenhuma disputa correlativa sobre *E* ou um sinônimo de *E*, onde "correlativa" é mais forte que "acompanhante", mas não tão forte quanto "subjacente" (se pode fazer a glosa em termos contrafatuais como acima, por exemplo). Mas, isso ainda enfrenta o problema de que uma disputa sobre "Ratos são conscientes" pode ter uma disputa correlativa sobre "Ratos podem ver". Similarmente, uma disputa sobre "X é correto" pode ter uma disputa correlativa sobre "X é assassinato". Eliminar tais disputas requer estrutura adicional.

Ainda assim, "assassinato" é um termo amplamente moral, e pode ser visto como parte da mesma família de "deve": a família de expressões amplamente morais que expressam a família de conceitos (amplamente) morais. De maneira similar, "ver" é um termo amplamente fenomênico, e pode ser visto como parte da mesma família de "consciente": a família de expressões amplamente fenomênicas. Então, mesmo sem estrutura assimétrica, podemos sustentar que essas famílias contam como famílias fundamentais em virtude de serem ineliminávеis de certas disputas, no sentido de que não há disputa correlativa que envolva expressões de fora da família. E uma vez que se foi tão longe, é natural sustentar que certas expressões desempenham um papel especialmente fundamental dentro dessas famílias. Por exemplo, é natural sustentar que o debate sobre um rato ser consciente é mais fundamental que uma disputa correlativa sobre um rato poder ver (no sentido fenomênico de "ver"), e que enquanto se mover da última para a primeira pode esclarecer o debate sobre um rato poder ver, se mover da primeira para a última não ajuda realmente a esclarecer o debate sobre ratos serem conscientes.

Com efeito, a noção de disputa fundamental requer um tipo de estrutura assimétrica no espaço de disputas, tal que (por exemplo) disputas sobre "consciente" são mais básicas que disputas sobre "ver", e disputas sobre "deve" são mais básicas que disputas sobre "assassinar". Essa estrutura assimétrica não resulta da própria noção de disputa verbal. Em vez disso, ela é sugerida pelo caráter das relações entre disputas que encontramos sob exame.

Claro que essa concepção não é compulsória. Um oponente pode sustentar que não há tal estrutura assimétrica, e pode sustentar que a noção de fundamento é mal definida. Nessa posição, pode-se ainda aplicar o método da eliminação, desde que não seja

restringido pela estrutura assimétrica: por exemplo, pode-se esclarecer disputas sobre "consciente" em disputas sobre "ver", disputas sobre "deve" em disputas sobre "assassinar", e por aí vai. Isso levaria a uma posição na qual não há ponto de parada privilegiado para o método da eliminação. Em vez disso, haverá apenas uma rede de ligações de expressões relacionadas e frases, com muitos pontos de partida e de parada diferentes.

Podemos pensar nesse tipo de oposição como "holística". Ela difere marcantemente da oposição anterior, que rejeitou a própria noção de disputa amplamente verbal: aquele tipo de oposição tende a minimizar relações internas entre disputas, e com isso pode ser chamada "atomística". Por contraste, a oposição holística aceita a noção de disputa amplamente verbal, e pode aceitar relações internas ricas entre as disputas, enquanto rejeita o tipo de estrutura assimétrica que privilegia algumas dessas disputas como especialmente básicas.[23]

Apesar de ter argumentado contra oponentes atomísticos antes, não tenho argumentos conclusivos contra oponentes holísticos. No entanto, penso que o fenômeno que examinamos pelo menos tende a sugerir uma posição com mais estrutura do que a concepção holística permite. Vimos que mesmo sem recorrer à estrutura assimétrica, podemos motivar a ideia de que algumas famílias de expressões são fundamentais (em virtude de serem ineliminá veis nas disputas relevantes) como acima. Uma vez que chegamos às famílias fundamentais, é natural encontrar estruturas adicionais dentro dessas famílias. Em particular, todas as famílias ineliminá veis acima parecem ter certos conceitos específicos em seu coração, o que é no mínimo sugestivo de que há um papel distintivo para tais conceitos. É claro que um oponente pode sustentar que qualquer estrutura aparente aqui é mero artefato de nossas psicologias ou de nossas atitudes. Mas, adotarei a ideia de que há alguma estrutura privilegiada entre disputas, pelo menos como uma hipótese de trabalho promissora.

---

[23] É claro que uma concepção holística "rede de crenças" é ocasionalmente usada por quineanos para lançar dúvida sobre conexões conceituais e não apenas sobre a prioridade conceitual. Com isso se pode pensar que essa concepção poderia também ser usada para lançar dúvida sobre ou deflacionar a noção de disputa verbal, e não apenas a noção de disputa fundamental. Um revisor sugeriu que um holista pode dizer que quanto mais similares duas redes de crenças são, mais próxima uma disputa fica de ser verbal: talvez uma disputa verbal seja uma que tenha pouco impacto no resto da rede? Não é óbvio como essa concepção lidaria com o aparente fenômeno de disputas verbais que têm impacto significativo (sobre um grupo de expressões ligadas, por exemplo) ou de disputas substanciais que têm pouco impacto. Mas, se a concepção pode ser elaborada, não é óbvio que ela será incompatível com as alegações sobre disputas verbais feitas na primeira metade deste artigo.

8. Conceitos fundamentais.

Nesse momento é natural sugerir que exista uma classe especial de *conceitos fundamentais*: conceitos que geram disputas fundamentais.[24] Podemos definir um conceito fundamental como um conceito que pode ser expresso pelo uso fundamental de uma expressão. Assim, expressões fundamentais serão expressões que (às vezes ou sempre) expressam conceitos fundamentais. Toda disputa fundamental envolverá uma expressão fundamental que ambas as partes usam para expressar o mesmo conceito fundamental: então poderemos dizer que a disputa é fundamental a respeito do conceito. De fato, conceitos fundamentais são conceitos tão básicos que não podemos esclarecer disputas substanciais os colocando em termos mais básicos.

Se adotarmos a posição holística da seção anterior e rejeitarmos a noção de disputa fundamental, também rejeitaremos a noção de conceito fundamental. Porém, ainda se pode estar autorizado a ter a noção de família de conceitos fundamentais, como acima. Por exemplo, a família de conceitos morais ou a família de conceitos fenomênicos podem contar como famílias fundamentais, em virtude de serem ineliminá veis das disputas relevantes que as envolvem. Se rejeitamos a posição holística, então também haverá estrutura interna nessas famílias: o conceito *consciente* pode ser o conceito mais básico na família fenomênica, por exemplo, ou o conceito *deve* pode ser o conceito mais básico na família moral.

O que são os conceitos fundamentais ou as famílias fundamentais? De certo modo, a pergunta de quais conceitos são fundamentais é sucessora desta pergunta: quais são os conceitos em termos dos quais todos os outros conceitos podem ser definidos ou analisados? Contudo, diferentemente dessa pergunta, ela não requer que definições e análises sejam possíveis. Mesmo assim, perguntas sobre quais conceitos (ou famílias) são fundamentais estão entre as perguntas mais profundas da filosofia. A resposta de alguém para essas perguntas pode estar profundamente entrelaçada com os outros compromissos filosóficos desse alguém, e frequentemente reflete os problemas mais profundos entre compromissos filosóficos rivais. Portanto, não posso esperar resolver essas questões aqui.

---

[24] Construo conceitos como objetos abstratos: entidades que servem como o conteúdo de expressões simples e como constituintes do conteúdo de juízos. No entanto, muito do que digo pode também se aplicar para uma posição que constrói conceitos como tipos de representações mentais.

Por exemplo, realistas fenomênicos (incluindo dualistas e materialistas *a posteriori*) podem tomar "consciência" como fundamental, enquanto deflacionistas sobre a consciência (incluindo funcionalistas analíticos e eliminativistas) podem sustentar que qualquer debate substancial sobre "consciência" é resolvível através de debates sobre características funcionais e disposicionais associadas, tais como discriminação, relato verbal e pensamento de ordem superior. De fato, Dennett (1992) argumenta que uma vez que resolvemos as questões sobre características funcionais como essas, qualquer questão adicional sobre a consciência será uma questão vazia, presumivelmente gerando disputas verbais. Por contraste, realistas fenomênicos, como eu, sustentam que há questões substanciais adicionais aqui. Ambos os lados têm argumentos para suas posições (por exemplo, realistas fenomênicos podem invocar argumentos de concebilidade e de conhecimento para defender que há uma questão adicional), e esses argumentos podem ser vistos como argumentos sobre quais conceitos são fundamentais. Mas, obviamente nenhum argumento desses recebe aceitação unânime.

De modo similar, alguns teóricos morais podem tomar "deve" como fundamental, enquanto outros podem tomar "correto" ou "bom" como fundamentais. Essa questão sobre prioridade entre disputas reflete precisamente a questão tradicional da prioridade relativa entre noções deontológicas e valorativas. Alguns outros teóricos podem sustentar que nenhuma dessas noções é fundamental, e que disputas morais serão em última análise resolvidas através de disputas sobre propriedades morais específicas, como virtudes e vícios. E alguns subjetivistas morais podem sustentar que nenhum conceito moral é fundamental: disputas morais entre aqueles que concordam sobre os fatos não-morais são elas mesmas disputas verbais que dependem das preferências de quem que estiverem em questão. Outros antirrealistas morais, como expressivistas e ficcionistas, provavelmente sustentarão que essas disputas não são verbais (talvez invocando o argumento da questão em aberto), de modo que alguns conceitos morais serão fundamentais.

De modo similar, um realista ontológico pode tomar "existe" como fundamental, enquanto um antirrealista ontológico pode não o fazer. Um não-humeano pode tomar algo na vizinhança de "lei" ou de "causa" como fundamental, enquanto um humeano pode não o fazer. Alguns inflacionistas sobre a verdade podem tomar "verdade" como fundamental, enquanto deflacionistas não o fazem. Muitos teóricos epistemológicos podem tomar um ou mais "deve" epistêmico como fundamental, enquanto outros podem

tomar outros termos epistêmicos como fundamentais: por exemplo, alguns primitivistas sobre o conceito de conhecimento podem tomar "sabe" como fundamental. Alguns teóricos do livre-arbítrio podem tomar "livre" como fundamental, enquanto outros podem negar isso, tomando os conceitos fundamentais relevantes como incluindo conceitos morais, ou talvez conceitos práticos envolvendo o que agentes são capazes de fazer. Fenomenistas podem sustentar que somente expressões fenomênicas são fundamentais. Verificacionistas podem sustentar que somente expressões observacionais são fundamentais. E por aí vai.

Vale notar que ao menos algumas dessas questões podem surgir mesmo na posição holística. Por exemplo, um realista fenomênico holístico pode sustentar que a família de expressões fenomênicas é ineliminável de disputas fenomênicas, enquanto um antirrealista fenomênico holístico não o fará. Um teórico moral holístico pode rejeitar a questão da prioridade relativa entre várias noções morais específicas, enquanto continua sustentando que a família de expressões morais como um todo é ineliminável das disputas que as envolvem.

Questões sobre quais conceitos são fundamentais devem ser distinguidas de questões sobre quais propriedades são metafisicamente fundamentais. Alguns materialistas (os materialistas "tipo-B" de Chalmers, 2003) podem sustentar que o conceito de consciência é fundamental ainda que a consciência seja metafisicamente derivativa, por exemplo. Um expressivista pode sustentar que conceitos morais são fundamentais ainda que não se apliquem a propriedades em absoluto. Na direção inversa, pode-se razoavelmente sustentar que ainda que giro e carga sejam metafisicamente fundamentais, os conceitos de giro e carga não são fundamentais. Disputas sobre o giro de uma partícula podem ser resolvidas através de disputas sobre o papel que a partícula e suas propriedades desempenham, de modo que uma vez que se fixa uma caracterização por frase-de-Ramsey da partícula e das suas propriedades, disputas sobre o giro serão verbais.

Como decidimos quais conceitos são fundamentais? Não tenho nenhum método à prova de erro. Algumas ferramentas familiares podem nos dar algum progresso, por exemplo: argumentos de concebilidade e argumentos de questão em aberto podem defender que certas famílias de conceitos são ineliminávels. O processo da análise conceitual, ainda que não produza uma análise precisa, pode defender que certo conceito é derivativo. Se alguém descobre que um conceito frequentemente aparece na análise de

outros conceitos e em si resiste à análise, isso é alguma evidência de que tem estatuto fundamental. Similarmente, se não podemos encontrar uma discordância que plausivelmente seja subjacente a uma disputa, então isso é alguma evidência de que a última disputa é fundamental. Todos esses métodos são falíveis (talvez simplesmente não se tenha ainda encontrado a noção subjacente relevante), então o diagnóstico de um conceito como fundamental é quase sempre provisório e controverso.

Alguns candidatos a conceito fundamental incluem: conceitos fenomênicos (consciência, qualidades fenomênicas específicas?); conceitos normativos (certos *deve* morais e epistêmicos?); alguns conceitos lógicos e/ou matemáticos (negação, quantificação existencial?); alguns conceitos nômicos ou modais (necessidade nomológica?); conceitos espaçotemporais (localização relativa, ordem temporal?); alguns conceitos indiciais (eu, agora?) e, apenas possivelmente, o conceito de explicação (é marcante que muitas disputas filosóficas se resolvem através de disputas sobre o que explica o que). Outros filósofos adicionarão outros conceitos: aqueles de qualidades secundárias, estados intencionais, liberdade?

Enxergado por essas lentes, o método da eliminação pode ser visto como um método para resolver disputas através de dois tipos básicos de disputas. Primeiro, disputas envolvendo conceitos fundamentais (ou pelo menos conceitos fundamentais putativos). Segundo, disputas sobre quais conceitos são fundamentais. Se podemos concordar sobre as respostas para essas questões, então as respostas para todas as demais disputas filosóficas importantes estarão ao nosso alcance. Infelizmente (ou felizmente), isso não fornece uma bala de prata para resolver problemas filosóficos: ambos os tipos de disputa residual são tão difíceis quanto qualquer disputa filosófica. Ainda assim, as disputas residuais ao menos tomam certa forma regimentada, e muitas disputas se dissolverão ou se esclarecerão no caminho. Isso é uma forma de progresso filosófico.

Tenho definido conceitos fundamentais inteiramente em termos de disputas e de suas propriedades. Os conceitos fundamentais são primitivos em algum outro sentido? Por exemplo, uma posição tradicional na filosofia sustenta que há certos conceitos básicos a partir dos quais todos os outros são compostos. A imagem presente é certamente compatível com essa posição, e se endossamos esse tipo de posição, será natural sustentar que os conceitos fundamentais são precisamente os conceitos básicos. Nessa posição, conceitos compostos podem sempre ser decompostos em conceitos

básicos, de modo que disputas envolvendo conceitos compostos podem sempre ser traduzidas para disputas envolvendo conceitos básicos.

Sou inclinado a rejeitar essa concepção de conceitos, pelas razões discutidas anteriormente: muitas expressões não têm análises definicionais claras. Correspondentemente, muitas disputas não podem simplesmente ser traduzidas para disputas precisamente equivalentes em termos mais básicos, e conceitos não podem ser decompostos em estruturas complexas de conceitos primitivos. Logo, não penso que conceitos fundamentais são os conceitos a partir dos quais todos os demais conceitos são compostos. Entretanto, eles mesmo assim podem ser primitivos em outro sentido.

O enquadramento presente é particularmente compatível com uma posição *inferencialista* sobre conceitos e conteúdo. Nessa posição, conceitos são individuados pelas suas relações inferenciais com outros conceitos, ou mais precisamente, por certas relações inferenciais (por exemplo, relações inferenciais *a priori*) entre proposições que contêm tais conceitos. Similarmente, o conteúdo de uma expressão (ou pelo menos de uma elocução de uma expressão) será baseado no conteúdo de certas outras expressões com as quais a expressão original mantém relações inferenciais, refletindo as relações inferenciais entre os conceitos associados.

Um inferencialista *puro* sustenta que não há conceitos (ou expressões) privilegiados: cada conceito é individuado apenas por seu lugar na rede, e a rede como um todo é caracterizada apenas por sua estrutura abstrata. Um inferencialista *impuro* sustenta que alguns conceitos primitivos são individuados não-inferencialmente, e que todos os outros conceitos são individuados em parte por suas relações inferenciais com esses conceitos. Podemos também chamar essa posição de inferencialismo *ancorado*, já que conceitos primitivos servem como âncoras sobre as quais outros conceitos estão baseados por relações inferenciais.

O inferencialismo puro é frequentemente considerado implausível porque invoca um tipo de estrutura inteiramente abstrata que parece abstrata demais para dar conta dos conteúdos específicos e substanciais de nossas crenças e de nossa linguagem. Em contraste, o inferencialismo ancorado traz embutidos alguns conteúdos específicos e substanciais desde o começo, na forma de conceitos ancorantes, e usa as relações inferenciais com tais conceitos para dar conta do conteúdo de alguns outros conceitos específicos. Conceitos ancorantes serão individuados de alguma outra maneira, talvez

diretamente em termos de relações com objetos ou com propriedades no mundo.[25] Expressões expressarão tais conceitos não em virtude de relações inferenciais com outras expressões, mas talvez em virtude de relações causais ou de contato com as entidades em questão. A concepção inferencial ancorada partilha algo do espírito da concepção composicional acima: há conceitos primitivos, e conceitos não-primitivos que derivam seus conteúdos em parte de suas relações com eles. Porém, na presente concepção, a relação de derivação depende de relações inferenciais em vez de relações composicionais. Por causa disso, essa concepção não é ameaçada pela observação de que a maioria das expressões não tem análises definicionais.

A presente concepção pode ser especialmente atraente para o inferencialista ancorado. Um inferencialista ancorado sustentará que o conteúdo de uma expressão como "anda em volta" se baseia no conteúdo de expressões inferencialmente relacionadas, como expressões acerca da localização relativa e do movimento. Na concepção presente, quando se aplica o método da eliminação para "O esquilo anda em volta da árvore", está-se com efeito resgatando aspectos do conteúdo de "em volta", ao menos na medida em que esse conteúdo importa para propósitos dialéticos, em termos do conteúdo de várias expressões associadas, expressando conceitos associados. Isso é justamente o que um inferencialista esperaria. Se aplicamos o método repetidamente, resgatamos aspectos do conteúdo de "em volta" em termos do conteúdo de várias expressões fundamentais associadas, expressando conceitos fundamentais. Isso é justamente o que um inferencialista ancorado esperaria (um inferencialista puro poderia esperar uma versão da concepção holística discutida antes). Com efeito, o método da eliminação consiste em se mover para conceitos inferencialmente relacionados dentro da rede de conceitos, e finalmente para os conceitos primitivos que servem como âncoras.

A concepção presente não exige o inferencialismo ancorado, mas naturalmente o sugere. As transições de frases *S* para frases relacionadas *S'* pode ser vista como refletindo relações entre conteúdos inferencialmente relacionados, e conceitos fundamentais podem ser vistos como conceitos primitivos sobre os quais o conteúdo de todas essas frases está baseado. Poder-se-ia rejeitar a concepção ao se sustentar que as expressões originais têm conteúdo que não é capturado nas relações inferenciais

[25] Também é possível que alguns conceitos ancorantes, tal como o conceito de negação, adquiram seus conteúdos em virtude de seus papéis inferenciais. Aqui os aspectos relevantes do papel inferencial serão estruturais, em oposição às conexões inferenciais de outros conceitos específicos.

relevantes (como um teórico epistêmico da vagueza ou alguns teóricos causais da referência podem fazer); mas mesmo assim é tentador sustentar que a estrutura inferencial captura algum aspecto importante do conteúdo: o conteúdo dialeticamente significante, se poderia dizer. Ou se pode sustentar que as relações inferenciais refletem perfeitamente o conteúdo enquanto se nega que o conteúdo seja baseado em relações inferenciais (talvez as próprias relações inferenciais sejam baseadas no conteúdo); mas mesmo assim as relações inferenciais podem ser usadas para ajudar a articular o conteúdo. Em qualquer caso, penso que a concepção presente confere alguma plausibilidade para um inferencialismo ancorado e fornece razão para levá-lo a sério.

Conceitos fundamentais podem ser capazes de desempenhar outros papéis tradicionalmente associados com conceitos primitivos. Na concepção do inferencialismo ancorado, podemos captar a maioria dos conceitos através de conexões inferenciais com outros conceitos, mas não captamos conceitos fundamentais desse modo, o que sugere que os captamos de um modo que é especialmente direto. Também é arguível que expressões fundamentais forneçam o material para uma descrição completa do mundo, que em algum sentido determine todas as verdades sobre o mundo; veja mais sobre esse tema na próxima seção.[26]

A concepção do inferencialismo ancorado também ajuda a analisar as forças e as limitações de outro método eventualmente usado para diagnosticar disputas verbais: o método da caridade. Hirsch (2005) sugere que devemos interpretar expressões de um modo tal que minimize certos erros por parte dos falantes, e que devemos usar esse método da caridade para detectar disputas verbais. Na concepção do inferencialismo ancorado, pode haver um papel para a caridade para expressões não-fundamentais: se expressões (como "em volta") adquirem seu conteúdo através de conexões inferenciais com outras expressões (como expressões espaciais), então pelo menos na medida em que as asserções de falantes ("algo se move em volta de algo sse...") refletem essas conexões inferenciais, devemos esperar que asserções sejam um guia para o conteúdo. Porém, não há papel análogo para a caridade para expressões fundamentais: porque essas expressões

[26] A presente concepção também se ajusta bem com uma posição bidimensional do conteúdo na qual a intensão primária de uma frase *S* é caracterizada por seu papel inferencial com respeito a certas especificações canônicas de cenários. Aqui as expressões fundamentais podem fornecer os materiais para especificações canônicas de cenários, e desse modo servem como âncoras para os papéis inferenciais relevantes. A concepção bidimensional também fornece um modo de acomodar elementos externos do conteúdo, na segunda dimensão, enquanto captura os aspectos inferenciais relevantes do conteúdo na primeira dimensão.

não adquirem seus conteúdos através do papel inferencial, se torna muito mais fácil que as inferências e as asserções em que estão envolvidas estejam largamente erradas.

Por exemplo, se tivéssemos aplicado um método geral de caridade para o termo "consciente", naturalmente alcançaríamos a conclusão de que comunidades que dizem "Apenas humanos são conscientes" e que comunidades que dizem "Moscas são conscientes" (onde ambas as comunidades são competentes, reflexivas e bem informadas empiricamente) significam coisas diferentes por "consciente'. Isso pode ser razoável se sabemos que somente usos não-fundamentais de "consciente" estão envolvidos: pode ser evidência de que uma pessoa está invocando a ciência** reflexiva e que a outra está invocando a mera discriminação perceptiva, por exemplo. Porém, se há usos fundamentais de "consciente" (digamos, para a consciência fenomênica), então é perfeitamente possível que duas pessoas usem o mesmo conceito fundamental nessas asserções muito diferentes. Em todo caso, o método da caridade produz o resultado errado.

De maneira similar, seguindo Hirsch (2005, 2009), se pode aplicar o método da caridade para sugerir que comunidades que dizem "Apenas simples existem" e comunidades que dizem "Somas mereológicas existem" (onde ambas as comunidades são competentes, reflexivas e bem informadas empiricamente) significam coisas diferentes por "existe". Isso pode ser razoável se sabemos que somente usos não-fundamentais de "existe" estão envolvidos. Mas, se há um conceito fundamental de existência, como muitos realistas ontológicos sustentam, então o método da caridade não se aplicará a ele: as duas comunidades podem estar usando o mesmo conceito fundamental, apesar de seus diferentes juízos. Nessa análise, a disputa entre deflacionistas ontológicos, como Hirsch, e seus oponentes culminará na questão anterior sobre haver um conceito de existência fundamental, privilegiado e não-enganoso (veja Chalmers, 2009).[28]

---

[27] **N. do T.: optamos por traduzir "awareness" por "ciência".

[28] Penso que um diagnóstico similar se aplica para outro método ocasionalmente usado para diagnosticar disputas verbais: o método da tradução. Por exemplo, às vezes é defendido que se podemos traduzir tudo que um presentista diz em linguagem eternista e vice-versa (traduzindo o "existe" presentista por um "existe e é presente" eternista e traduzindo o "existe" eternista por um "existiu, existe ou existirá" presentista), de modo que ambas as partes aceitem as frases correspondentes, então a disputa é verbal (veja Sider, 2006). Claro que esse método funciona melhor se a tradução preservar o conteúdo. Em alguns casos envolvendo expressões não-fundamentais, essa alegação é plausível: a similaridade entre os papéis inferenciais das expressões traduzidas (especialmente com respeito às expressões fundamentais) sugere similaridade de conteúdo entre tais expressões. Mas, em casos envolvendo expressões fundamentais, não se pode inferir similaridade ou diferença de conteúdo da similaridade ou diferença nesses papéis inferenciais. Logo, na medida em que presentistas e eternistas pensam

Tudo isso tende a sugerir que o tipo de pluralismo conceitual discutido na seção 6 é menos adequado para conceitos fundamentais. É claro que termos como "consciência", "deve" e "existe" podem ser usados de múltiplas maneiras, produzindo disputas verbais. Mas, na medida em que são expressões fundamentais, há algum conceito privilegiado em suas vizinhanças. As considerações acima tendem a sugerir que conceitos fundamentais funcionam como um tipo de "imã de conceito": muitos padrões de pensamento diferentes são consistentes com a posse do mesmo conceito fundamental. Obviamente se pode ainda mapear outros conceitos nas proximidades, mas há um sentido em que conceitos fundamentais podem servir como os eixos básicos no espaço conceitual.

9. Analiticidade e translucidez.

A noção de disputa verbal está conectada de vários modos com a noção de analiticidade. Não tenho pressuposto explicitamente uma noção de analiticidade no que foi visto antes. Porém, se aceitamos a noção de disputa verbal, podemos então usá-la para caracterizar certas noções de analiticidade. Esse projeto pode ser visto como análogo ao projeto da última seção, no qual usamos o caráter de disputas verbais para caracterizar conceitos primitivos em termos dialéticos. Onde o projeto anterior exigiu uma estrutura assimétrica no espaço de disputas, entretanto, o presente projeto exige somente a noção de disputa amplamente verbal.

Mais diretamente, podemos sugerir que a frase *S* é *dialeticamente analítica* sse necessariamente qualquer disputa sobre *S* é amplamente verbal. Ou melhor: *S* é dialeticamente analítica sse *S* é verdadeira e qualquer disputa sobre *S* que envolve ao menos um usuário competente de *S* é verbal.[29]

A concepção presente é neutra sobre haver qualquer frase dialeticamente analítica. Do fato de que algumas disputas são verbais e algumas não o são, não se segue que qualquer frase ou elocução é tal que todas as disputas que a envolvem sejam verbais. É perfeitamente possível sustentar que para cada frase *S*, algumas disputas que envolvem um usuário competente de *S* são verbais e algumas não o são. Logo, a questão sobre

---

estar tendo uma disputa não-verbal usando a mesma noção fundamental de existência, o argumento da tradutibilidade não é argumento contra eles.

[29] Aqui entendo competência como competência plena: um usuário competente tem um domínio pleno do significado público de um termo, por oposição ao tipo incompleto de domínio exemplificado nos casos "artrite" de Burge (1979).

haver frases ou elocuções dialeticamente analíticas é ela mesma uma questão substancial. Isso destaca um sentido em que a concepção presente não está automaticamente comprometida com uma noção forte de analiticidade. Ainda assim, é útil explorar a relação entre a analiticidade dialética e as outras noções de analiticidade.

Entre as noções existentes de analiticidade, noções de analiticidade epistemológica (Boghossian, 1996) sejam talvez as mais conectadas com a analiticidade dialética. Digamos que *S* é epistemologicamente analítica sse necessariamente, cada usuário competente de *S* que considera *S* aceita *S*. A analiticidade epistemológica plausivelmente implica a analiticidade dialética. Se *S* é epistemologicamente analítica, qualquer disputa sobre *S* precisa envolver uma parte que não é um usuário competente de *S*. Dado que a outra parte é competente, a disputa sobre *S* será então explicada pela diferença metalinguística e por isso será verbal. Não é óbvio se a analiticidade dialética implica a analiticidade epistemológica: isso depende de ser o caso de dois falantes competentes poderem discordar verbalmente sobre uma *S* dialeticamente analítica, talvez por causa do externismo semântico.

Mesmo que as duas noções não sejam exatamente a mesma, a existência de frases dialeticamente analíticas arguivelmente se sustenta ou colapsa junto com a existência de frases epistemologicamente analíticas. Suponha que (no espírito de Williamson, 2007) se nega que exista qualquer frase epistemologicamente analítica, sustentando-se que qualquer frase, até mesmo "Solteiros são homens não-casados"[**], pode ser competentemente rejeitada. Pode-se muito bem sustentar que tais casos podem sempre ser construídos como envolvendo discordância não-verbal com aqueles que aceitam a frase. Sendo assim, negar-se-á que exista qualquer frase dialeticamente analítica.

Pode-se também usar a concepção presente para definir uma noção de analiticidade para uma elocução. Aqui podemos dizer que uma elocução de *S* é dialeticamente analítica se, necessariamente, qualquer disputa sobre *S* que envolve essa elocução é verbal. Talvez seja melhor também exigir que o sujeito seja um usuário competente de *S*, para evitar casos de analiticidade baseada em crenças falsas sobre o significado. Elocuções dialeticamente analíticas serão sempre verdadeiras, dada a alegação plausível de que qualquer elocução não-verdadeira de uma frase *S* pode sempre

[30] [**]N. do T.: O exemplo original de Chalmers é "*Vixens are female foxes*". Optamos pela troca do exemplo pelas dificuldades para traduzir "*vixen*" e para facilitar a compreensão da discussão.

estar envolvida em uma disputa não-verbal sobre *S*. Se *S* é uma frase dialeticamente analítica, todas as elocuções competentes de *S* serão dialeticamente analíticas. Contudo, quando *S* não é dialeticamente analítica, a definição permite que algumas, mas não todas, elocuções competentes de *S* possam ser dialeticamente analíticas. Por exemplo, dado um termo dependente-do-contexto como "careca", algumas, mas não todas, as elocuções de "Alguém é careca sse não tem cabelos" podem ser dialeticamente analíticas.

A tese de que há elocuções dialeticamente analíticas é significativamente mais fraca que a tese de que há frases dialeticamente analíticas, e a posição correspondente é mais fácil de defender. Por exemplo, se introduzo o termo "glub" dizendo por estipulação que "Algo é um glub sse é um livro roxo", então é arguível que qualquer um que nega essa alegação estará discordando verbalmente de mim, ainda que a questão não seja inteiramente clara (talvez algum oponente tenha uma posição incomum sobre bicondicionais). Ainda assim, elocuções estipulativas como essa são relativamente incomuns. E até termos introduzidos por estipulação rapidamente ganham vida própria, ao ponto em que não é óbvio que disputas entre usuários posteriores dos termos precisam ser verbais do mesmo modo. Logo, é arguível que elocuções dialeticamente analíticas sejam raras.

É importante que nada nessas dúvidas sobre analiticidade dialética ou analiticidade epistemológica faça muito para lançar dúvida sobre a própria noção de disputa verbal. Portanto, ainda que às vezes seja dito que a noção de disputa verbal pressupõe uma distinção analítico-sintético, a análise feita aqui sugere que isso não está exatamente correto. Mesmo que não existam instâncias dos tipos de analiticidade acima, ainda podem haver disputas amplamente verbais. Isso levanta a possibilidade de que possamos usar a noção de disputa verbal para fazer pelo menos parte do trabalho que noções de analiticidade têm sido usadas para fazer.

Por exemplo, pode-se usar a noção de disputa verbal para introduzir uma noção útil de *translucidez*. Digamos que uma frase *S* é translúcida com respeito a um conjunto de frases *T* sse necessariamente, se dois usuários competentes de frases em *T* concordam (não-verbalmente) sobre todas essas frases, então qualquer disputa sobre *S* (onde ao menos um dos usuários usa *S* competentemente) é verbal. Definir a translucidez para elocuções é mais difícil: uma versão da definição anterior se aplicaria apenas para casos em que o falante já tem atitudes sobre todas as frases em *T*. Mas, em um espírito similar, podemos dizer que uma elocução competente de *S* é translúcida com respeito a um

conjunto de frases *T* sse necessariamente, qualquer disputa substancial envolvendo tal elocução precisa ser acompanhada por uma disputa substancial potencial sobre uma frase em *T*. Aqui duas partes têm uma disputa potencial sobre uma frase em *T* sse caso considerassem tal frase (e fossem usuários competentes dela), disputá-la-iam. A ideia novamente é que, *grosso modo*, se dois falantes concordam substancialmente sobre todas as frases em *T*, qualquer disputa sobre *S* precisa ser verbal.

Já invoquei, com efeito, a noção de translucidez em discussões anteriores. Por exemplo, argumentei que frases que envolvem "fisicismo" são translúcidas com respeito às frases que não envolvem "fisicismo", que frases que envolvem "carro" são translúcidas com respeito às frases que não envolvem "carro", e por aí vai. Similarmente, no caso do esquilo, certas elocuções *S* de "O homem anda em volta do esquilo" são arguivelmente translúcidas com respeito a um conjunto apropriado *T* de enunciados que não envolvem "volta" sobre o homem, o esquilo e a árvore. Se duas partes discordam não-verbalmente sobre *S*, elas precisam também potencialmente discordar sobre alguma frase em *T*; se concordam sobre todas as frases em *T*, então discordam apenas verbalmente sobre *S*.

Pode haver casos em que algumas, mas não todas as elocuções de uma frase *S* são translúcidas com respeito a um conjunto *T*. Suponha que ambos os significados propostos por James para "em volta" estão disponíveis para usuários competentes, e suponha que uma parte a usa no sentido norte-leste-sul-oeste enquanto a outra a usa no sentido frente-esquerda-atrás-direita. Suponha também que *T* especifica o movimento relativo do homem e do esquilo em termos norte-leste-sul-oeste, mas não em termos frente-esquerda-atrás-direita. Então pode ser que uma elocução de "O homem anda em volta do esquilo" pela primeira parte seja translúcida com respeito a *T* enquanto uma elocução pela segunda parte não o seja.

A translucidez está intimamente relacionada com a analiticidade dialética. Em particular, uma frase ou uma elocução verdadeira é dialeticamente analítica sse é translúcida com respeito ao conjunto vazio (o que não vale para frases falsas, que podem ser translúcidas na definição presente, mas não podem ser dialeticamente analíticas). Porém, mesmo que nenhuma frase seja translúcida com respeito ao conjunto vazio, podem ainda assim haver muitos outros casos de translucidez. Por exemplo, mesmo que não existam verdades dialeticamente analíticas envolvendo "carro", permanece plausível que frases com "carro" sejam translúcidas com respeito às frases sem "carro".

Qual é o estatuto epistemológico da translucidez? Aqui é útil compará-la com uma noção epistemológica de transparência. Por analogia com a analiticidade epistemológica, podemos dizer que *S* é transparente com respeito a *T* se qualquer falante que usa *S* e *T* competentemente, que supõe que as frases em *T* são verdadeiras e que considera *S*, saberá o valor de verdade de *S* sob tal suposição. A transparência plausivelmente implica a translucidez, mas o inverso não é o caso. Se há casos de translucidez em que dois falantes competentes que concordam sobre *T* discordam verbalmente sobre *S*, talvez por razões de dependência-do-contexto ou pelo externismo semântico, *S* não será transparente com respeito a *T*. Logo, a translucidez não tem embutida uma noção epistemológica de transparência.

Ainda assim, o termo "translucidez" é usado para sugerir que enquanto a noção é mais fraca do que aquela de transparência, tem efeitos relevantemente similares. Por exemplo, "O homem anda em volta do esquilo" pode não ser transparente com relação às frases subjacentes especificando os movimentos do homem e do esquilo, orientação relativa, e por aí vai, por causa do externismo semântico. No entanto, a frase é plausivelmente translúcida com respeito a algum conjunto dessas frases. Logo, se estamos preocupados apenas com o domínio de primeira ordem e não com a linguagem, o acordo sobre as frases subjacentes nos permite saber, com efeito, tudo de importante de que precisamos saber ao fazer essa pergunta. A questão verbal residual pode ser deixada de lado.

Uma vez que aceitamos a noção de translucidez, é natural sustentar que ela pode fazer ao menos parte do trabalho que a distinção analítico/sintético pode fazer. Quando uma verdade *S* é translúcida com respeito a um conjunto *T* de verdades, por exemplo, é natural sustentar que o estatuto de *S* com respeito a *T* é em algum sentido uma questão de linguagem. Quando uma verdade *S* não é translúcida com respeito a *T*, é natural sustentar que o estatuto de *S* relativamente a *T* é em algum sentido uma questão substancial. Aqui a translucidez é aparentada de um tipo de analiticidade relativa.

Além disso, pode-se argumentar que a translucidez tem pelo menos algum peso epistemológico. Digamos que *S* é *posicionalmente transparente* com respeito a *T* se qualquer falante que usa *S* e *T* competentemente e sem deferência semântica está em posição de saber o valor de verdade de *S* sob a suposição de que as frases em *T* são verdadeiras. Então, ao generalizar o argumento "sem-fatos-ocultos" da seção 5 é arguível

que a translucidez implique a transparência posicional. Também é arguível que a translucidez implique uma implicação *a priori* entre *T* e *S*.

Não tentarei argumentar em defesa dessas teses aqui, e elas podem ser negadas por alguém (um teórico epistêmico da vagueza, digamos) que sustenta que há outras fontes de externismo semântico além da deferência semântica e da reflexão inadequada, resultando em fatos ocultos sobre o significado. Mas, tais teses são dignas de registro, por causa do modo pelo qual elas dão um papel epistemológico para a translucidez.[31]

Aqueles que aceitam a distinção analítico/sintético podem sustentar que (pelo menos no caso de frases independentes-do-contexto e usadas sem deferência semântica) onde há translucidez há implicação analítica, e vice-versa. Similarmente, aqueles que aceitam a distinção *a priori*/*a posteriori* podem sustentar que onde há translucidez há implicação *a priori* (ainda que provavelmente não vice-versa). Porém, mesmo que se rejeite essas noções, pode-se ainda sustentar que a translucidez é uma noção sucessora da analiticidade e da aprioridade, uma que pode fazer uma porção significativa do trabalho que essas noções deveriam fazer. Não é incomum nem mesmo para quineanos aplicar noções aparentadas da translucidez em seus trabalhos, então não é óbvio que um quineano precise rejeitar tal noção. Obviamente, uma vez que aceitamos que a translucidez pode desempenhar certos papéis centrais da distinção analítico/sintético, uma disputa sobre ela fazer justiça à distinção pode em si ser verbal.

Relações de translucidez fornecem uma fundação para o método da eliminação. Podemos ver o método como estando apoiado na tese de que para qualquer expressão não-fundamental *E*, todas as verdades-*E* são translúcidas com respeito às verdades-não-*E*. Uma vez que essa tese é estabelecida, segue-se que qualquer discordância não-verbal envolvendo *E* precisa estar associada com uma discordância não-verbal em um

[31] Pode-se sustentar que qualquer tese de transparência dessas é ameaçada por casos estilo-Williamson em que usuários competentes rejeitam alegações aparentemente analíticas. No entanto, esses argumentos não são uma ameaça óbvia para a transparência posicional. Por analogia, podemos dizer que *S* é posicionalmente analítica sse necessariamente, qualquer um que usar *S* competentemente e sem deferência semântica está em posição de saber que *S* (onde "está em posição de saber" pode envolver um módico de idealização além do que se estaria disposto a aceitar). Nesse caso mesmo se frases como "Algo é um solteiro sse é um homem não-casado" não forem epistemologicamente analíticas, arguivelmente serão posicionalmente analíticas. Na medida em que todos os casos estilo-Williamson em que as frases são rejeitadas envolvem deferência semântica ou sujeitos que não sabem que estão em posição de saber, eles não fornecem um argumento contra a analiticidade posicional (o próprio Williamson parece conceder isso, notando que na verdade noções invocando "posição de saber" não são formas genuínas de analiticidade ou verdade conceitual). Se isso está correto, então tais casos também não fornecem um argumento contra a transparência posicional.

vocabulário-não-*E*, enquanto discordâncias verbais envolvendo *E* não precisam. De maneira similar, pode-se sustentar que entre as verdades-não-*E*, verdades-*F* (para uma expressão não-fundamental *F*) são translúcidas com respeito a verdades-não-*F*. Repetindo o processo, haverá uma corrente de relações de translucidez apoiada em última instância em verdades fundamentais: verdades envolvendo apenas expressões fundamentais. Essa estrutura está no cerne do método da eliminação.

Pode-se dizer que *S* é determinada translucidamente por *T* sse (i) *S* é um elemento de *T* ou (ii) *S* é translúcida com respeito a um conjunto *T'* cujo elementos são todos determinados translucidamente por *T*. A determinação translúcida é mais fraca que a transparência propriamente dita, ao menos na medida em que relações de translucidez são não-transitivas. O raciocínio acima sugere que todas as verdades são determinadas translucidamente por verdades fundamentais.

A tese de que todas as verdades são determinadas translucidamente por verdades fundamentais é, de modo interessante, reminiscente da tese tradicional de que todas as verdades são analiticamente implicadas por certas verdades primitivas—verdades em um vocabulário primitivo. A analogia sugere novamente uma concepção na qual todas as verdades são baseadas de algum jeito em verdades fundamentais. E sugere novamente uma concepção na qual as ligações entre fundamental e não-fundamental são relativamente superficiais (essas ligações seriam análogas às verdades analíticas) e na qual questões envolvendo conceitos fundamentais são altamente substanciais (as verdades fundamentais na base serão análogas às verdades empíricas ou sintéticas *a priori*). Desse modo, mesmo sem pressupor uma distinção analítico/sintético, se pode reconstruir parte do espírito dessa concepção tradicional.

Isso também está relacionado com a tese da escrutabilidade (CHALMERS, 2012), que sustenta que todas as verdades são implicadas *a priori* por uma classe limitada de verdades básicas. Se aceitamos a tese ligando a translucidez e a implicação *a priori*, a tese da translucidez (conjuntada com a tese de que há uma classe limitada de verdades fundamentais) implica a tese da escrutabilidade. Essas teses diferem em caráter, contudo, dado que a determinação translúcida é uma relação mais forte que a implicação *a priori*. Por exemplo, pode ser que verdades normativas sejam implicadas *a priori* por verdades não-normativas, sem serem translúcidas com respeito às verdades não-normativas. Algo similar pode se aplicar a verdades matemáticas. Logo, pode ser que enquanto uma base

de escrutabilidade não precise incluir verdades normativas ou verdades matemáticas, uma base de translucidez precisará incluir tais verdades.

Nesse sentido, a determinação translúcida é mais parecida com a implicação analítica do que a implicação *a priori*. A classe de expressões em uma base de apoio parece seguir mais de perto a classe dos conceitos primitivos do que a classe das expressões em uma base de escrutabilidade. E enquanto nenhuma verdade em uma base mínima de escrutabilidade será *a priori*, algumas verdades em uma base de translucidez podem ser *a priori*: por exemplo, certas verdades matemáticas e certas verdades normativas. Essas verdades podem ser vistas como as contrapartes, na concepção presente, das verdades sintéticas *a priori*. Vistas desse modo, todas as verdades fundamentais serão verdades sintéticas: sejam empíricas ou sintéticas *a priori*. Por contraste, verdades conectando conceitos fundamentais com conceitos de ordem superior serão parecidas com verdades analíticas. Se combinamos essas observações com a observação anterior de que as questões mais profundas da filosofia envolvem o estatuto das verdades fundamentais, podemos tirar uma versão da conclusão de que as questões mais profundas da filosofia são acerca do sintético e não do analítico.

10. Conclusão carnapiana.

A concepção desenvolvida aqui é notavelmente reminiscente de vários projetos dos positivistas lógicos, especialmente os de Rudolf Carnap. Estou inclinado a pensar que a atenção para disputas verbais tem o potencial de levar ao menos a uma ilibação de vários projetos carnapianos.

Alguns elementos aqui são reminiscentes do *Aufbau* de Carnap (1928). Por exemplo, vimos que a reflexão sobre disputas verbais nos fornece algumas bases para aceitar uma classe distintiva de conceitos primitivos, bem como algo que pode desempenhar o papel de uma distinção analítico/sintético. Tudo isso ajuda a revelar algo sobre a estrutura conceitual de nossa concepção do mundo, senão do próprio mundo. Onde o *Aufbau* sustentava que todas as verdades são definicionalmente implicadas por verdades primitivas, aqui nós temos uma tese diferente que é similar em espírito: todas as verdades são translucidamente determinadas por verdades fundamentais.

Pode-se até ver o verificacionismo dos empiristas lógicos (CARNAP, 1936) como um caso especial da concepção. Verificacionistas defendem, com efeito, que uma disputa é substancial somente se envolve discordância sobre o que é observacional. Isso leva

naturalmente a uma versão da concepção na qual todas as verdades fundamentais são verdades observacionais. Na posição que desenvolvi aqui, verdades fundamentais podem incluir verdades não-observacionais, como verdades normativas, verdades causais, verdades sobre outras mentes, e por aí vai, então não há verificacionismo *per se*. Porém, há um paralelo estrutural interessante.

Temos também um pragmatismo carnapiano sobre enquadramentos conceituais. Nessa posição, em vez de se focar em palavras existentes e nos conceitos que expressam, devemos nos focar no papel que precisamos que elas desempenhem. O princípio da tolerância de Carnap (1934) enfatiza que todos têm liberdade para construírem suas próprias linguagens. Em seu trabalho tardio Carnap (1950a, 1950b) rejeita a análise conceitual tradicional por um projeto de elucidação que pode ser revisionário e que confere ao caráter frutífero de um conceito um papel central, e sustenta que a escolha entre enquadramentos conceituais diferentes depende de nossos propósitos em vez de questões de fato. Meu pragmatismo não vai tão fundo quanto o de Carnap: Carnap teria quase certamente rejeitado a alegação de que há uma base privilegiada de conceitos fundamentais, sustentando em vez disso que se pode começar igualmente de uma base fenomênica ou de uma base física (entre outras), dependendo dos propósitos. Ainda assim, em seu projeto e no presente, a relevância filosófica da maioria dos conceitos repousa no trabalho que eles podem realizar por nós.

Finalmente, Carnap e outros empiristas lógicos esperavam fornecer métodos para esclarecer e para resolver disputas filosóficas de uma vez por todas. Não forneci nada desse tipo. Ainda assim, o método que delineei tem o potencial para esclarecer muitas ou a maioria das disputas filosóficas, e para resolver algumas delas. Ele certamente não resolverá todas, mas frequentemente nos deixará mais perto do coração da disputa, e nos deixará com um entendimento mais claro das questões fundamentais subjacentes à uma disputa e do que resta ser resolvido. Isso é uma forma de progresso filosófico.[32]

---

[32] Agradeço aos públicos na ANU e em Beijing, Bristol, Buffalo, Copenhagen, Georgia State, NYU, Rabindra Bharati, Reading, Rutgers, St. Andrews, Toronto, UC Riverside, Yale e nas conferências da AAP, GAP, SIFA e APA entre 2005 e 2007. Agradeço também a Berit Brogaard, Jim Pryor, Gideon Rosen, Wolfgang Schwarz, Daniel Stoljar, Stephen Yablo e revisores da Philosophical Review (bem como outros reconhecidos nas notas) por comentários sobre o artigo, e a Peli Grietzer, Mike Jacovides, Derk Pereboom, Geoff Pynn e David Wall, entre muitos outros, por sugerirem exemplos.

REFERÊNCIAS:

ALSTON, W. P. *Beyond "Justification": Dimensions of Epistemic Evaluation.* Ithaca: Cornell University Press. 2005.

BOGHOSSIAN, P. Analyticity Reconsidered. In: *Nous*, n.30, pp.360-91. 1996.

BURGE, T. Individualism and the Mental. In: *Midwest Studies in Philosophy*, n. 4, pp.73-122. 1979.

CARNAP, R. *Der Logische Aufbau der Welt.* Leipzig: Felix Weiner Werlag. Traduzido como: *The Logical Structure of the World.* Berkeley: University of California Press. 1967.

____. *The Logical Foundations of Syntax.* Chicago: University of Chicago Press. 1934.

____. Testability and Meaning. In: *Philosophy of Science*, n.3, pp.419-71. 1936.

____. *The Logical Foundations of Probability.* Chicago: University of Chicago Press. 1950a.

____. Empiricism, Semantics, and Ontology. In: *Revue Internationale de Philosophie*, n.4, pp.20-40. 1950b.

CHALMERS, D. J. Consciousness and its place in nature. In: *Blackwell Guide to the Philosophy of Mind* (eds. STICH, S. P., WARFIELD, T. A.). Oxford: Blackwell. 2003.

____. Ontological anti-realism. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology* (eds. CHALMERS, D. J., MANLEY, D., WASSERMAN, R.). Oxford: Oxford University Press. 2009.

____. *Constructing the World.* Oxford: Oxford University Press. 2012.

DENNETT, D. C. *Consciousness Explained.* Boston: Little-Brown. 1992.

DOWELL, J. L. The physical: empirical, not metaphysical. In: *Philosophical Studies*, n.131, pp.25-60. 2006.

FISCHER, J. M. *The Metaphysics of Free Will: Responsibility and Control.* Oxford: Blackwell. 1995.

HASLANGER, S. What are we talking about? The Semantics and Politics of Social Kinds. In: *Hypatia*, n.20, vol.4, pp.10-26. 2005.

HIRSCH, E. *Dividing Reality.* Oxford: Oxford University Press. 1993.

____. Physical-object Ontology, verbal disputes, and common sense. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, n.70, pp.67-97. 2005.

____. Ontology and alternative languages. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology* (eds. CHALMERS, D. J., MANLEY, D., WASSERMAN, R.). Oxford: Oxford University Press. 2009.

JAMES, W. *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking*. New York: Longman Green and Co. 1907.

KNOBE, J. & NICHOLS, S. An experimental philosophy manifesto. In: *Experimental Philosophy* (eds. KNOBE, J., NICHOLS, S.). Oxford: Oxford University Press. 2009.

KORNBLITH, H. *Knowledge and its Place in Nature*. Oxford: Oxford University Press. 2002.

MILLIKAN, R. *Language, Thought, and Other Biological Categories*. Cambridge, MA: MIT Press. 1983.

PEREBOOM, D. *Living without Free Will*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2001.

PUTNAM, H. The meaning of "meaning". In: *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, n.7, pp.131-93. 1975.

SCANLON, T. M. Ambiguity of "intention". In: *Behavioral and Brain Sciences*, n. 33, pp.348-9. 2010.

SIDER, T. Quantifiers and temporal ontology. In: *Mind*, n.115, pp.75-97. 2006.

____. Ontological Realism. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology* (eds. CHALMERS, D. J., MANLEY, D., WASSERMAN, R.). Oxford: Oxford University Press. 2009.

SMART, J. J. C. Free will, praise, and blame. In: *Mind*, n.70, pp.291-306. 1981.

SOSA, E. Relevant alternatives, contextualism included. In: *Philosophical Studies*, n. 119, pp. 35-65. 2004.

____. Experimental philosophy and philosophical intuition. In: *Philosophical Studies*, n. 132, pp.99-107. 2007.

STRAWSON, G. *Freedom and Belief*. Oxford: Oxford University Press. 1986.

STRAWSON, P. F. Freedom and resentment. In: *Proceedings of the British Academy*, n.48, pp.1-25. 1962.

VAN INWAGEN, P. *An Essay on Free Will*. Oxford: Oxford University Press. 1983.

WILLIAMSON, T. *Vagueness*. London: Routledge. 1994.

____. *The Philosophy of Philosophy*. Oxford: Blackwell. 2007.

WILSON, J. On characterizing the physical. In: *Philosophical Studies*, n.131, vol. 1, pp.61-99. 2006.